

Capítulo VII

Sobrevivências religiosas religião, mitologia e culto

Raymundo Nina Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 239-286. Sobrevivências religiosas religião, mitologia e culto. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO VII

Sobrevivências religiosas religião, mitologia e culto¹

Sumário:

I. As crenças e religiões dos Negros no Brasil; concorrência estabelecida aqui entre os seus credos mais importantes: influência por eles exercida sobre o catolicismo. II. A religiosidade nagô; seu elevado grau evolutivo; forma francamente politeísta que reveste; suas tendências monoteístas: 1º, a primazia de *Olorun* sobre os *orichás*; 2º, a evolução chthoniana na sua mitologia, superioridade sobre a das crenças religiosos dos Tupi-Guaranis. III. 3º, a unificação dos mitos. IV. Lendas míticas: as divindades meteóricas: *Changô*, *Ochum*, *Oyá*, *Ochumarê*, *Yêmanjá*. V. A fitolatria: Irôco, Ifá. VI. Divindades malfazejas: *Echú* ou *Elegbara*, *Chaponan*, *Ogun*. VII. *Ibegi*, os gêmeos: outras divindades inferiores. VIII. A mitologia gêge, suas afinidades com a mitologia nagô; fusão das duas mitologias na Bahia. IX. O culto Vodú no Brasil. X. Liturgia: o sacerdócio dos cultos Africanos; suas formas na Bahia. XI. Violência e arbitrariedades na repressão das religiões e cultos dos Negros no Brasil: a catequese a chicote nas fazendas e a catequese a sabre policial nas cidades: extraordinária resistência e vitalidade das crenças negras. XII. Da degeneração e extinção dos cultos negros organizados no Brasil. XIII. As três modalidades psíquicas equivalentes para que está derivando a atividade do sentimento religioso dos Negros: 1ª, a adulteração das práticas católicas.

I. De todas as instituições africanas, entretidas na América pelos colonos negros ou transmitidas aos seus descendentes puros ou mestiços, foram as práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil. No entanto, não se poderia admitir que mesmo entre os africanos as crenças religiosas dos Negros aqui pudessem revestir em absoluto as formas múltiplas e variadas por que se manifestam na África. O que foram as práticas fetichistas e a religião dos africanos enquanto durou o tráfico e os diversos povos negros recebiam de vez em quando novas levas de patrícios: o que foram esses cultos mesmo quando, suspenso o tráfico, ainda cada povo negro era representado por avultado número de colonos, não é fácil dizer hoje.

Sem dúvida é lícito acreditar que as práticas religiosas de cada povo se podiam manter então relativamente puras e extremadas de influências estranhas.

Mas, mesmo então, de prever, na influência recíproca que exerceram uns sobre os outros os diversos povos negros acidentalmente reunidos na América pelo tráfico, se havia de fazer sentir poderosa a ação absorvente das divindades de culto mais generalizado sobre as de culto mais restrito, a qual, nestes casos se manifesta como lei fundamental da difusão religiosa. É assim que as divindades já quase internacionais dos Iorubanos se estão desenvolvendo, na Costa dos Escravos e do Ouro, à custa das divindades apenas nacionais dos Gêges e melhor ainda à custa dos simples fetiches de tribos ou clãs dos Tshis ou Minas. Esta lei assim exemplificada e posta em evidência por A. Ellis para os povos negros da Costa dos Escravos dá a razão psicológica da preponderância adquirida no Brasil pela mitologia e culto dos Gêges e iorubanos, a ponto de, absorvendo todos os outros, prevalecer este culto quase que como a única forma ritual organizada dos nossos Negros fetichistas. Este fato me havia impressionado e, consignando-o, em 1896 eu o atribuí ao grande predomínio numérico dos Nagôs sobre todos os outros Africanos. Reconheço hoje que não era de todo justa a explicação, pois tão numerosos como os Nagôs foram os colonos de outras procedências, sobretudo os Angolas. A sugestão coletiva exemplificada na lei de Ellis, servida pela melhor organização do sacerdócio e pela difusão da língua nagô entre os Negros africanos e crioulos, sem excluir a importância do fator numérico, explica de modo

¹ Este capítulo é consagrado ao estudo psicológico do sentimento religioso dos Negros do Brasil. Para o estudo descritivo das suas práticas religiosas envio o leitor ao meu livro: *L'animisme fetichiste des Nègres de Bahia*. Bahia, 1900, Editores, Reis & Cia.

completo o fenômeno observado, atestando em todo o caso a ascendência espiritual ao cultural deste povo.

Todavia, se só deviam permanecer no Novo Mundo as práticas mais complexas do culto daqueles povos negros que, ao tempo do tráfico, se achavam mais avançados na evolução religiosa, essas práticas e cultos haviam forçosamente de impregnar-se da contribuição que a eles faziam todas as concepções religiosas mais acanhadas, as divindades ou fetiches individuais, as de tribos, clãs ou aldeias, dos Negros não convertidos.

É este um espetáculo ainda vivo, que, em sua estratificação psicológica, o momento atual da evolução religiosa no Brasil põe em notável evidência. Aqui na Bahia, melhor discriminadas que por todo alhures, a análise psicológica facilmente a decompõe em zonas superpostas. Na primeira, a mais elevada mas extremamente tênue, está o monoteísmo católico, se por poucos compreendido, por menos ainda sentido e praticado. A segunda, espessa e larga, da idolatria e mitologia católica dos santos profissionais, para empregar a frase de Taylor, abrange a massa da população, aí compreendendo Brancos, Mestiços e Negros mais inteligentes e cultos. Na terceira está, como síntese do animismo superior do Negro, a mitologia gege-iorubana, que a equivalência dos *orichás* africanos com os *santos* católicos, por nós largamente descrita e documentada, está derramando na conversão cristã dos negros crioulos. Vem finalmente o fetichismo estreito e inconvertido dos africanos das tribos mais atrasadas, dos índios, dos Negros crioulos e dos Mestiços do mesmo nível intelectual. Naturalmente estas camadas espirituais não têm senão os limites que lhes impõem a abstração e a análise e por toda parte se fundem e se penetram.

Assim, pois, decorrido meio século após a total extinção do tráfico, o fetichismo africano constituído em culto apenas se reduz ao da mitologia gege-iorubana. Angolas, Guruncis, Minas, Haussás, etc., que conservam as suas divindades africanas, da mesma sorte que os Negros crioulos, Mulatos e Caboclos fetichistas, possuem todos, à moda dos Nagôs, *terreiros* e *candomblés* em que as suas divindades ou fetiches particulares recebem, ao lado dos *orichás* iorubanos e dos santos católicos, um culto externo mais ou menos copiado das práticas nagôs.

Ao tempo em que publicamos os nossos primeiros estudos sobre o animismo dos Negros baianos, era ainda de todo insuficiente o

conhecimento que possuíamos da mitologia iorubana tal qual existe na África. Como expusemos então, apenas havíamos encontrado em Taylor referências curtas e incompletas ao trabalho do missionário Bowmen. Impossível foi assim que extremássemos convenientemente dela as contribuições que, na Bahia, tem recebido das outras religiões africanas. Dos excelentes trabalhos do Coronel Ellis uns acabavam de aparecer, outros não eram ainda muito divulgados; só mais tarde tivemos deles conhecimento e nos vieram às mãos. Todavia, não é para lamentar esta circunstância que aqui a mencionamos. Ao contrário, desprovido de guia, o nosso estudo teve de inspirar-se pura e exclusivamente na observação direta e pessoal do fenômeno estudado. E é com satisfação que o encontramos agora quase todo confirmado pelas observações daquele cientista. Em muitos pontos se corroboram nesta observação independentes deduções e reflexões que sem prévio acordo os mesmos fatos nos sugeriram, a ele em África e a mim no Brasil.

No entanto, são os trabalhos do Coronel Ellis que nos habilitam a discriminar as partes de que se compuseram no Brasil as práticas fetichistas e, ao mesmo tempo, a julgar das modificações que aqui tem elas experimentado.

II.OS NAGÔS OU IORUBANOS. Os negros Nagôs possuem uma verdadeira mitologia, já bem complexa, com divinização dos elementos naturais e fenômenos meteorológicos. Nesta ordem de ideias, a concepção mais elevada, aquela em que mais alta se revela a sua capacidade de abstração religiosa, é a divinização do firmamento ou abóbada celeste.

Olorun, o Céu-Deus, satisfazendo dificilmente a condição de objeto concreto de culto, que reclama a atividade do sentimento religioso inferior do Negro, é apenas a representação da mais alta aptidão da Raça para generalizar. Concepção da minoria inteligente, a divindade não penetrou a massa popular, não lhe desperta, não lhe fala ao sentimento religioso, e *Olorun* representa assim uma divindade singular que não tem culto organizado, que não possui sacerdócio, que não tem adoradores.

Impressionado com a confusão que os missionários já tem feito de *Nyankupan*, *Nyamô*, *Mawú* e *Olorun*, com o Jeová dos cristãos, não só traduzindo esses nomes por Deus como vendo neles uma sobrevivência da revelação divina do Paraíso, o Coronel Ellis empenha-se em mostrar que

Olorun não passa de uma personificação do firmamento, com funções puramente meteóricas, um verdadeiro *nature-god* a quem ele nega todo e qualquer sentido, noção ou ideia de um ser onipotente. A divinização mítica do Firmamento, divindade abstrata, sem interferência nas ações humanas, não exigindo culto nem possuindo adoradores, habilita sem dúvida os Nagôs a encontrar nas suas crenças uma concepção similar a que referir a do Senhor Onipresente e Onipotente da catequese cristã dos missionários. Não é impossível, por isso, que os próprios Negros induzissem os missionários a um erro a que já os predisponha a natural tendência do seu espírito e educação.

Mas isto não justifica que, reduzido o fenômeno mental às condições do seu determinismo biosociológico, se pretenda diminuir-lhe o valor, desconhecendo o seu alcance como sinal de incontestável progresso na evolução do pensamento e do sentimento religioso dos Nagôs. Precisamente é necessário ser um crente como os missionários para desconhecer a escala em que se prendem e concatenam desde os mais baixos e humildes elos da concepção religiosa até os mais elevados e grandiosos.

Ora, é exatamente o brilhante estudo comparativo das crenças religiosas dos povos da Costa dos Escravos, feito por Ellis, o primeiro fato que se pode invocar em favor da elevação da concepção religiosa dos Nagôs. Ellis nos mostra a divinização de todos os fenômenos meteorológicos celestes, firmamento, chuva, trovão, raio, resumida no *Nyankupan* e no *Nyamô* dos Tshis e dos Gás: nos Ewes, já começa a dissociação. *Mawú* é o Céu-Deus, mas a função do trovão e do raio passam a *Khebiôsô* que não é ainda um deus de todo antropomorfo. Como para concepção análoga dos rviandans da América do Norte e dizem que para o Tupan de algumas tribos tupis do Brasil, *Khebiôsô* é para os Gêges uma criatura com forma de ave e que paira nas alturas. Nos Nagôs, não só as funções do raio e do trovão cabem a um *orichá* poderoso e antropomorfo, *Changô*, como outras funções de *Olorun* estão sendo distribuídas por divindades múltiplas, reservando-se apenas para ele a ideia vaga de uma entidade superior e quase inacessível ao tratamento comum dos mortais. É em todo o caso a essa divindade que se atribui, nos Nagôs, a origem das coisas, dos homens e dos *orichás*, que imediatamente os atendem. E se presente assim a discriminação entre um princípio organizador e supremo

e divindades subalternas, imiscuídas com a gestão dos negócios humanos e a eles propostas.

É a esta situação espiritual dos Nagôs que, evidentemente, se refere Réville quando contesta a capacidade monoteísta dos Negros.

Alguns observadores, escreveu ele², tem tirado deste fato (a facilidade com que os Negros se familiarizam com a ideia de um Deus único) a conclusão um pouco prematura de que ao lado das suas superstições o Negro da África professava um verdadeiro monoteísmo. Absolutamente não é assim. O seu Deus único nunca é no fundo senão um deus supremo, como sempre existe um em todos os politeísmos; é um deus-natureza, o céu, ou o sol, a mais das vezes o céu e em todo o caso o ser, que, a seu ver, faz a chuva e o bom tempo. Já nisto encontramos um sinal desta incoerência que vicia sempre as melhores intenções da raça. O seu deus supremo, qualquer que ele seja, ocupa sempre um lugar muito medíocre nas suas preocupações como nas suas devoções. Por exemplo, se deve salientar este fato notável que não há mito negro da criação e as mais das vezes o Negro, reconhecendo embora a existência e o poder do deus supremo, inclina-se a pensar que ele é muito grande, está muito alto, muito longe, para preocupar-se com o que se passa na terra, donde Negro conclui que seria inútil aos homens preocupar-se muito com ele.

A alusão à concepção de *Olorun* é clara. Mas a crítica de Réville só pode atingir a opinião dos que, como Dela fosse, afirmam serem os Gêges Dahomanos monoteístas. “O Negro tende ao teísmo”, disse com razão Tylor³, e nós podemos afirmar que ao monoteísmo.

De fato, não é só nisto que se afirma a tendência da mitologia nagô à elevação e ao aperfeiçoamento. Valiosa comprovação presta a este conceito a concepção de *Obatalá* e *Odudua*. *Obatalá* é por excelência o rei dos orichás, pelo menos é o mais influente deles. É ainda o Céu-Deus, mas o céu-Deus a que estão confiadas as interferências imediatas nas ações humanas. Se nos desdobramentos, se nas simplificações da concepção de *Olorun*, tocou a *Changô* manejar o raio e o trovão, a *Obalalá* coube promover a fecundidade. *Obatalá* é rigorosamente uma divindade

² Réville, *Des religions des peuples non-civilisés*, tomo I. Paris, 1883, pág. 54.

³ Tylor, *Civilisation primitive*, trad.fr., t. II, pág. 449.

chtoniana. A crença de que o *Obatalá* e *Odudua* constituem uma divindade andrógina não pode ser tão restrita como o supõe Ellis. Podemos afirmar que é a concepção corrente entre os Nagôs brasileiros que indiferentemente se servem dos dois nomes para designar o mesmo orichá. A representação desta divindade, já por um ser humano provido de braço e perna e terminando em cauda por uma esfera; já por duas meias cabaças cortadas em forma de prato ou de cuia rasa, e superpostas uma à outra para simbolizar o Céu, *Obatalá*, e a Terra, *Odudua*, tocando-se no horizonte; já pela justaposição dos dois órgãos da geração em funcionamento, são outras tantas provas desta interpretação. E todas estas representações que Ellis mencionava na Costa dos Escravos, eu as encontro aqui na Bahia, onde de ordinário as cuias ou pratos de cabaças pintadas de branco são substituídos por uma tigela de louça branca, de tampa, contendo, como descrevi limo da Costa, vindo da África, cawries e um arco de metal.

É para estranhar que a Ellis, que tão bem estudou e descreveu o desenvolvimento da mitologia iorubana, tivesse escapado a brilhante confirmação que ela dá, neste ponto, à teoria geral da evolução chtoniana.

Evidentemente houve uma época na mitologia iorubana, correspondente àquela em que se acham agora os Tshis, em que a fecundidade foi o predicado de um *orichá* de funções complexas e pouco discriminadas, *Olorun*, que era ao mesmo tempo o céu, a terra, o trovão, o raio, etc..

Com o desenvolvimento progressivo desta concepção mitológica, destacaram-se de *Olorun: Changô*, a quem coube a direção do raio e do trovão, e *Odudua*, a Terra, a quem coube dirigir as funções da fecundação e reprodução. Na evolução do chtonismo iorubano é este o primeiro passo, o período da virgem-mãe, em que a reprodução se dá sem a intervenção de sexos diferentes. *Odudua* é, pois, um nome de mais a inscrever na lista, já tão numerosa, das virgens-mães de todos os grandes credos religiosos.

Melhor instruídos das condições orgânicas da função reprodutora, os Nagôs sentiram mais tarde a necessidade da intervenção do elemento fecundador ou masculino e naturalmente voltaram-se para o Céu, que, em dignidade de elemento natural, é o equivalente e oposto à Terra. Mas *Olorun* era uma divindade que cada vez se afastava mais da intervenção nas coisas terrenas e então apareceu *Obatalá*, um Céu-Deus ainda, mas Céu-

Deus mais antropomórfico já, a quem *Olorun*, recolhendo-se à inação e ao repouso – suprema aspiração dos Negros – confiava a missão de dirigir o mundo. *Obatalá* veio partilhar com *Odudua* a função da reprodução e não se limitou a fazer de barro amassado o primeiro casal humano, mas preside à formação da criança no útero materno. O casamento do Céu, *Obatalá*, com a Terra, *Odudua*, devia forçosamente trazer a concepção andrógina em que se acham os Nagôs, pelo menos os que vieram para o Brasil. É o segundo estágio do chtonismo iorubano, é o período do hermafroditismo, *Odudua-Obatalá* pode figurar na lista não menos longa dos deuses andróginos, dos Baal-Berith Astarté, Afrodite, etc..

Mas já se pode afirmar que o chtonismo iorubano marcha francamente para o terceiro período, o Hetairismo. *Obatalá* vai tornando-se apenas o esposo de *Odudua* e estas divindades se cindem, se apartam, se individualizam. A *Obatalá* continua a pertencer a capacidade fecundante, mas somente na qualidade de elemento masculino ou fálico: a *Odudua* toca o papel feminino e ela preside ao amor. Daqui por diante *Odudua* será *Vênus*. E assim se devem entender algumas lendas em que se celebram as suas aventuras amorosas. O grande templo de *Odudua* em Adô, 15 milhas ao norte de Badagry, teve esta origem:

Em uma das suas excursões venatórias pelas florestas, *Odudua* encontrou um dia jovem caçador de tão rara beleza que para logo ateou violenta paixão no temperamento ardente da *orichá*. Abandonaram-se facilmente no mesmo sítio à satisfação daquela paixão de momento e por algumas semanas fruíram ali os seus deleites, numa cabana que os dois haviam construído.

Saciada por fim, *Odudua* partiu, mas em grata recordação daquele tão intenso quanto passageiro amor, prometeu constituir-se protetora dos mortais que ali fossem ter. Afluiu para logo quem buscasse no sítio a proteção divina e do caso tomou a cidade o nome de Adô, que quer dizer homem ou mulher lasciva.

Para confirmar-se em tudo a evolução do chtonismo neste caso, a mitologia nagô, como as outras, não prende exclusivamente a duas individualidades a divinização da fecundidade e das funções reprodutoras. Com *Obatalá* competem aqui *Ifá* e *Echú* ou *Elegbá*. Enquanto, porém, *Obatalá* preside ao desenvolvimento da criança no útero materno, cabe a *Ifá*

o ato mesmo da fecundação. A *Elegbá* pertencem mais particularmente os prazeres sensuais, a luxúria.

Ainda aqui se revela a incontestável superioridade em que a concepção religiosa dos Negros está sobre a dos Tupi-Guaranis. Estes se achavam evidentemente no período inicial do chthonismo, pois “no seu supernaturalismo, segundo o Sr. José Veríssimo⁴, a noção de gerador, criador, produtor, e expressa pela palavra mãe (ci) e nunca pela palavra pai (tuba)”. Nos seus esboços de crenças, de que Couto de Magalhães pretendeu construir uma teogonia selvagem, a virgem-mãe não é a terra como para quase todos os povos, mas o sol (*guaracy*, mãe dos viventes) e a lua (*yaci*, mãe dos vegetais). Este estado de ânimo indica um período anterior mesmo ao da distinção da filiação paterna e materna e no qual domina a ignorância das condições da reprodução sexual.

Para confundir, pois, Negros e Índios brasileiros na mesma inferioridade religiosa, como faz o Sr. Sílvio Romero, é preciso que se considerem todos os nossos Negros de procedência bantu, porquanto são estes dentre os Negros são de pobreza mítica reconhecida.

A propósito de animismo indígena farei notar que, se os nossos supostos *candomblés* de Caboclos ou Indígenas são, de fato, *candomblés* africanos, em todo o caso ainda hoje aderem à feitiçaria africana dominante na Bahia esparsos fragmentos das crenças tupi-guaranis. Encontrei no recôncavo desta cidade, especialmente no arraial ou povoação de Pará-mirim, perfeitamente conservada, a crença no *Mboi-tatá* que a população supõe africana, chama *Meo-bai-tātã* e considera um espírito de fogo que habita no rio e assombra ou transvia os viajantes.

III. Não é, todavia, somente nas concepções de *Olorun* e *Obatalá-Odudua*, que se revela, da parte dos Nagôs, esta tendência a uma concepção religiosa mais elevada. São manifestos os seus esforços no sentido de substituir seus antigos fetiches, as suas divindades isoladas e independentes por um sistema teogônico coordenado, em que tudo se encadeie e subordine, numa elaboração inconsciente de concepção religiosa unitária e mais generalizada. No mais complexo dos seus mitos, a lenda enfeixa numa explicação unitária, que não é inferior à dos estádios mentais

correspondentes de raças mais cultas, a origem de quase todas as divindades secundárias.

IV. Do consórcio de *Obatalá*, o Céu, com *Odudua*, a Terra, nasceram dois filhos, *Aganjú*, a Terra firme, e *Yemanjá*, as águas. Desposando seu irmão *Aganjú*, *Yemanjá* deu à luz *Orungan*, o Ar, as alturas, o espaço entre a terra e o céu. *Orungan* concebe incestuoso amor por sua mãe e, aproveitando a ausência paterna, raptou-a e a violou. Aflita e entregue a violento desespero, *Yemanjá* desprende-se dos braços do filho, foge alucinada, desprezando as infames propostas da continuação às ocultas daquele amor criminoso. Persegue-a *Orungan*, mas, prestes a deitar-lhe a mão, cai morta *Yemanjá*. Desmesuradamente cresce-lhe, o corpo e dos seios monstruosos nascem dois rios que adiante se reúnem, constituindo uma lagoa. Do ventre enorme que se rompe, nascem:

Dadá, deusa ou orichá dos vegetais,

Changô, deus do trovão,

Ogun, deus do ferro e da guerra,

Olokun, deus do mar,

Olochá, deusa dos lagos,

Oyá, deusa do rio Níger,

Ochun, deusa do rio Ochun,

Obá, deusa do rio Obá.

Okô, orichá da agricultura,

Ochosi, deus dos caçadores,

Okê, deus das montanhas,

Ajê-Chalagá, deus da saúde,

Chankpanmã, deus da varíola,

Orun, o sol,

Ochú, a lua.

É de crer que esta lenda seja relativamente recente e pouco espalhada entre os Nagôs. Os nossos Negros que dirigem e se ocupam do culto

⁴ José Veríssimo, *Estados brasileiros*, Pará, 1889, pág. 40.

iorubano, mesmo dos que estiveram recentemente na África, de todo o ignoram e alguns a contestam. Como justamente observa A. Ellis, ainda que já muito amplo, o mito não abrange todas as divindades ou *orichás*. Neste mito não acharam lugar duas das divindades mais notáveis dos Nagôs, *Ifá* e *Elegbá*. Mais ainda: a par destas, outras versões míticas existem sobre os principais *orichás*. Naturalmente mais antigas, elas são, por isso mesmo, mais sabidas e assim as encontramos plenamente difundidas entre nós.

Lendas diversas se referem a *Changô*⁵, um dos *orichás* mais afamados dos Iorubanos, o qual desposou três irmãs, *Oyá*, *Ochun* e *Obá* (os três rios Africanos, Niger, *Ochun* e *Obá*), tem como criado a *Ochunmarê* (arco-íris), ocupado em transportar água, da terra para o ardente palácio das nuvens onde reside o deus, se acompanha do seu escravo *Biri*, as trevas, e faz conduzir por *Oyá*, o mensageiro *Afefe*, o vento.

Em vez de nascer de *Yemanjá*, como no mito precedente, *Changô* seria um filho de *Obatalá* e começou reinando em *Oyó*, capital de Iorubá. Um dia, deu-lhe *Obatalá* um poderoso encanto que, ingerido, o tornava capaz de vencer a todos os inimigos. *Changô* comeu do encanto a maior parte e deu a guardar o excedente à sua mulher *Oyá* que, na ausência do marido, dele comeu também.

Quando no dia seguinte, no conselho dos ministros, tocou a *Changô* a vez de falar, estava ele transfigurado e da boca lhe saíam labaredas, o que dispersou todo o auditório. O mesmo sucedia a *Oyá* com as suas damas. Certo de que era agora um *orichá*, *Changô* bateu com o pé no solo que se abriu e deu-lhe passagem com as suas três mulheres. Mas ficou fora da terra a extremidade de uma cadeia de ferro que ele trazia na mão.

Simple variante deste mito é aquele em que *Oyá* furta a seu marido o remédio-encanto. Aterrada com as ameaças de *Changô*, *Oyá* refugia-se no palácio de seu irmão *Olokun*, o mar. Acompanhando às ocultas o sol que se punha, *Changô* vai até lá. Trava-se a luta violenta entre *Changô* e *Olokun* e neste entrementes foge *Oyó* para casa de sua irmã *Olochá*, o lago. Persegue-a *Changô*, que, na sua marcha, tudo derriba, arrancando as árvores pelas raízes e arremessando-as a grandes distâncias. Reconhecendo que a irmã não a poderia valer, foge ainda *Oyá* que se oculta em casa do pescador

Huisí. Este atterrado pergunta a *Oyá* como ele, simples mortal, poderia lutar com um *orichá* como *Changô*. *Oyá* fá-lo comer do encanto roubado e *Huisí*, transformado em *orichá*, sai ao encontro de *Changô*, empunhando uma árvore que arrancara pelas raízes. Não há outra no lugar. *Changô* brande como arma a canoa de *Huisí* e investe o contendor. Partidas as armas ao primeiro encontro, os *orichás* lutam corpo a corpo. Não podendo vencer e receoso de ser vencido, *Changô*, que começa a sentir-se fatigado, bate com o pé no solo que se abre e o recebe. Durante a luta, *Oyá* fugiu para *Lokôrô*, onde o povo lhe erigiu um templo.

Outra versão, que encontro na Bahia, principalmente entre os Negros que estiveram sob a direção de missionários ingleses em Lagos, e já publiquei, dá ainda a *Changô* uma origem toda evhemérica. Em geral os nossos Negros a atribuem aos missionários protestantes interessados em roubar a *Changô* as suas qualidades de *orichá*. Com poucas variantes esta versão é dada com desenvolvimento por Ellis, o que nos permite completá-la aqui.

Changô tinha sido o primeiro rei de Iorubá. Tirano e cruel, como se mostrou, o povo não quis mais suportá-lo e, segundo o costume do país, enviou-lhe a cuia com os ovos de papagaio e a mensagem tradicional; “que ele já devia estar fatigado demais dos trabalhos do governo e era tempo de ir dormir”. Tanto importava a intimação ao rei de retirar-se aos seus aposentos e deixar-se estrangular por suas mulheres. Mas *Changô* não se quis conformar com a intimação e resistiu. Foi derrotado e procurou fugir para Tapa, terra de sua mãe. Abandonou o palácio alta noite e apenas seguido de um escravo e de uma de suas mulheres internou-se pelas matas.

Mas a mulher o abandonou também. Perdido na floresta, vagou por dias sem comer, por fim mandou que o escravo o aguardasse num sítio dado até que voltasse. O escravo, estando cansado de esperar, resolveu-se a procurá-lo e o encontrou passos adiante enforcado em uma árvore. Por acaso pôde o escravo descobrir o caminho e foi levar a notícia a *Oyó*. Receosos de serem responsabilizados pela morte de *Changô*, os magnatas foram logo procurar o cadáver, mas já não o encontraram. Próximo à árvore havia uma depressão no solo da qual fazia procedência a extremidade de uma corrente de ferro. Colaram o ouvido ao chão e ouviram *Changô* falando debaixo da terra. Assim se convenceram de que *Changô* não tinha morrido e sim se transformado em um *orichá*; ali construíram um pequeno

⁵ O S iorubano tem o som de *ch* e por estes o substituímos na grafia dos nomes dos *orichás*.

templo e em torno mais tarde se desenvolveu a cidade de *Kusô*. Em *Oyô* houve, porém, recalcitrantes que não acreditaram na transformação de *Changô* e zombando continuavam a afirmar que o rei se tinha enforcado. Para puni-los, disseram os interessados, *Changô* suscitou violento temporal em que matou muita gente com as pedras do raio e ateou fogo à cidade. Ali descobriram e pregaram os sacerdotes que estava manifesto o castigo de *Changô*, pelo que a população caiu sobre os recalcitrantes e os sacrificou, o que acalmou a cólera do terrível *orichá*.

Changô é por ventura o *orichá* mais popular entre os Negros e Mestiços da Bahia. Posto que os mitos recentes lhe estejam dando armas e instrumentos de metal, *Changô* é em rigor uma manifestação litólatra. O seu cognome *Dzakutá*, atirador de pedras, claramente o indica. Os Nagôs passaram já de muito tempo a idade da pedra e nem mais dela conservam memória. Por isso dão aos instrumentos de pedra que encontram nos país uma origem divina: são armas de *Changô*. Era de prever que o culto dos meteoritos, dos machados de pedra, pedras do raio ou corisco, dos Brancos e Índios, facilmente se havia de incorporar ao mito iorubano de *Changô*. E, de fato, é talvez a litolatria dos meteoritos e machados de pedra a forma mais geral do fetichismo da nossa população mestiça. Nela se confundem os casos de adoração dos penhascos e grandes pedras dos campos e estradas. O caso do reino encantado de Pernambuco é dela uma sobrevivência em evocação vesânica: a pedra de *Ogun*, que descrevi no *Animisme Fetichiste*, é um exemplo da sua manifestação atual. Como nos há de mostrar o exemplo de todos os outros grandes departamentos do fetichismo africano, aqui em escala ascendente se pode remontar da adoração da pedra fetiche à divindade antropomórfica em que se transforma o fenômeno físico do trovão e do raio.

No que concerne às outras divindades meteóricas, a intenção africana vai-se apagando ou se transformando em adaptações locais.

Na falta do rio *Ochun*, a *orichá Ochun* se converte numa espécie de naiade, a divindade das fontes e regatos. Por isso que não temos o rio *Ogá*, a *orichá* se converte entre nós na deusa das tempestades e tormentas, muito temida pelos nossos Negros em lembrança, que se conserva viva, das suas lutas violentas com *Changô*, de quem é esposa. Convém advertir, porém, que entre nós os Negros mais a designam pelo nome de *Yansan* que dei no *Animisme*, mas que não encontro em Ellis. *Yemanjá* é nesta cidade a deusa

do Dique, mimoso lago situado a meio caminho do Rio Vermelho e de que nasce o pequeno rio Lucaia. Para os Negros e Mestiços brasileiros, o mito de *Yemanjá*⁶ se confunde com o da mãe-d'água e o da sereia sob cuja forma e efígie a representam. No *candomblé* dos Gantois dos fins do ano de 1899, tive ocasião de ver Como ídolos de *Yemanjá* e *Ochun*, duas sereias de gesso barato, mandadas vir do Rio de Janeiro, uma prateada, *Yemanjá*, a outra dourada a bronzilho, *Ochun*. *Ochunmarê*, o arco-íris, é muito popular entre nós: ao contrário *Olokun*, o mar, é quase desconhecido. A hidrolatria tem, pois, na mitologia nagô deste Estado, uma forma menos elevada do que a litolatria.

V. Da fitolatria nagô emerge, ao contrário, *Ifá*, um dos *orichás* mais afamados. O culto fetichista das plantas, das grandes árvores sobretudo, é muito extenso entre os nossos Negros e Mestiços. O prestígio mágico das palavras cabalísticas e das rezas só encontra rival na virtude de certas folhas. E procede daí a crença de que os Negros são muito versados no conhecimento das plantas venenosas. É no tronco das árvores sagradas que se fazem muitos dos sacrifícios e é pela distribuição de comida (sacrifício) às árvores do terreiro que se iniciam muitas das danças públicas dos *candomblés*. Em tais festas, acham-se estas árvores cercadas de palmas e de uma sebe em cujo recinto à noite se acendem luminárias e se faz a matança de alguns animais.

Irôco, a grande gameleira das folhas largas, é notável pelo culto popular que a cerca. Nas estradas e nas matas encontram-se frequentemente quartinhas de água em torno dos troncos. No centro desta cidade se vão tornando raros os *Irôcos*. Os mais próximos são os dos caminhos do Retiro e do Rio Vermelho. Em tempo foram afamados o do Politeama, o do Campo da Pólvora, o do Garcia etc... Por via de regra estas plantas são antes residências de santos ou espíritos do que propriamente deuses. Todavia persiste na população a crença na animação direta da planta, de sorte que para cortá-las seria cometer um sacrilégio, como para logo havia de provar o sangue e não água ou seiva, que da ferida correria.

⁶A “mãe-d’água” será talvez de origem africana, sendo presumível não ser dos índios, em cujo idioma não encontramos termo para o exprimir. Gonçalves Dias: *Obras Póstumas*, pelo Dr. H. Leal, vol. VI, Maranhão, 1869, pág. 130, *in nota*.

Ifá, um dos *orichás* mais notáveis, nasceu desta ordem de ideias. Primitivamente parece não ter sido mais do que o fetiche do dendezeiro, palmeira do dendê ou azeite de palma. Mais tarde a adoração fetichista passou a ter por objeto, não toda a árvore, mas certas nozes especiais de que os Negros e serviam como de dados para deitar a sorte. Só por último é que a própria adivinhação teve em *Ifá* o seu patrono antropomorfo. Não diz a lenda qual a origem de *Ifá*, e nem encontro entre os nossos Negros o mito de *Ifá* tal como o descreve o Coronel Ellis. Nesse mito, *Ifá* teria aprendido com o feiticeiro *Elegbá* a arte de adivinhar.

Passou o céu uma vez por grande crise, os homens não faziam quase sacrifício aos deuses e os *orichás* estavam a ponto de morrer de fome. *Ifá* tentou a pesca, mas nada apanhou e descoroçoado foi pedir conselho a *Elegbá*. Propôs-lhe este que fosse às plantações de *Orungan*, o rei dos homens, e trouxesse dos dois dendezeiros que ali havia 16 nozes com que o feiticeiro lhe ensinaria a adivinhar e a ir pelo mundo ganhar a vida. Estipulou, porém, que, em paga ou recompensa do serviço, lhe caberiam as primícias de todas as ofertas ou sacrifícios. *Ifá* foi ter com *Orungan*, que morto por conhecer o futuro, foi logo com sua mulher *Orichá-bi* apanhar as nozes, o que conseguiram com a intervenção de macacos que comiam a polpa e atiravam ao chão os núcleos ou caroços. *Orichá-bi* envolveu-as em um pano, atou-as à cinta a modo de criança e assim foram ter com *Ifá*. *Elegbá* cumpriu a sua palavra e *Ifá* ensinou a arte de adivinhar a *Orungan*, que foi assim o primeiro babalau ou sacerdote de *Ifá*. Por isso, quando se vai consultar a *Ifá*, leva-se consigo a mulher se é casado ou a mãe se é solteiro, para conduzir as nozes como *Orichá-bi*. A invocação preliminar: “*Orungan, ajuba-ah!; Orichá-bi, ajuba-ah!*” isto é, “*Orungan, Orichá-bi*, eu vos tributo a mais grata recordação”, é então de regra. Nunca tive ocasião de ver aqui na Bahia o processo de adivinhação dos babalauas como o descreve Ellis, com uma tábua ou tabuleiro especial e cocos de dendê. Dizem-me, todavia, que existe. Sei que empregam processos mais simples como cawries, certas sementes, etc. Aquele que aqui atribuem a *Ifá* é o de uma cadeia de metal em que de espaço a espaço se enfia uma meia noz de manga seca. O feiticeiro pega a cadeia em certo ponto e a joga de um modo especial. Da posição que tomam as nozes deduzem o augúrio ou vaticínio. Esta prerrogativa de adivinhar confere a *Ifá* notável preeminência na mitologia iorubana. Eu havia afirmado no *Animisme* que a religião iorubana está em vésperas de se constituir no dualismo do bem (*Obatalá*) e do mal

(*Elegbá* ou *Echú*). Ellis já o havia admitido também, mas se, para ele, o princípio do mal se há de encarnar em *Elegbá* ou *Echú*, que cada vez perde mais o caráter exclusivamente fálico, o princípio do bem tanto se pode encarnar em *Obatalá* como em *Ifá*, graças a esta qualidade de oráculo de todos os *orichás* e ao relevante serviço que presta aos homens, revelando-lhes as desgraças futuras e, portanto, habilitando-os a se propiciarem os deuses por meio de sacrifícios.

Elegbá, *Elegbará* ou *Echú* é uma divindade fálica que entre os nossos Negros, graças ao ensino católico, está quase de todo identificado com o diabo. O seu pacto com *Ifá* garante-lhe as primícias de todos os sacrifícios, preceito rigorosamente observado entre os nossos Negros que, pela maior parte, ignoram a sua explicação, mas sabem ter a sua omissão como consequência inevitável a perturbação da festa ou cerimônia por *Echú*. Eles chamam a isto despachar *Echú*. Na África continuam-se a fazer a *Elegbá* sacrifícios humanos. Os nossos Negros se limitam ao cão, ao galo, e ao bode, tidos por tipos de satíriases.

Como *Ifá*, como *Orichanin*, deus da medicina, como *Ochunmarê* e *Aronin*, *Elegbá* não nasceu de *Yemanjá*, de cujo ventre teriam provindo, no mito mais compreensivo dos Iorubanos, todos os outros deuses ou *orichás*.

Das divindades iorubanas inferiores, poucas exigem menção especial.

VI. CHAPONAN, o *orichá* ou deus da varíola, um dos mais conhecidos. É antes uma divindade das pestes ou epidemias e em particular da varíola. A extensão do culto deste *orichá* entre nós é verdadeiramente extraordinária. Em épocas epidêmicas, a cidade apresenta-se coberta de sacrifícios — milho torrado com azeite de dendê e pilado ou não, — que são lançados em todos os pontos em que as ruas se cruzam.

Como o de *Echú*, o templo ou oratório de *Chaponan* não pode ser conservado dentro das habitações. *Echú*, o mal, o pecado; *Ogun*, a guerra, as lutas e vias de fato; *Chaponan*, a peste, a varíola etc., são supostos residir ou reunir-se nas encruzilhadas das ruas, estradas ou caminhos, donde se espalham, dispersam ou irradiam em todos os sentidos. O Coronel A. Ellis explica na seguinte lenda o motivo por que o templo de *Chaponan* é sempre situado nas matas ou pontos escusos e desabitados. Um dia em que todos os *orichás* reunidos no palácio de *Obatalá* dançavam e se divertiam, *Chaponan* tentou imitá-los. Mas este *orichá* é coxo e devido à sua

enfermidade tropeçou e caiu. Deuses e deusas romperam em ruidosas gargalhadas. Furioso e furo de cólera, *Chaponan* jurou vingar-se e tentou infectar a todos os deuses de varíola. Interveio *Obatalá* que, de espada em punho, deitou *Chaponan* à porta do palácio, proibindo-lhe dali por diante conviver com os outros deuses.

VII. IBEJI, os Gêmeos, sob a invocação de São Cosme e São Damião, é dentre as divindades africanas uma das de culto mais popular e disseminado nesta cidade. Sei de famílias brancas, da boa sociedade baiana, que festejam *Ibeji*, oferecendo às duas pequenas imagens de São Cosme e São Damião sacrifícios alimentares. Numa capela católica muito rica, de um dos primeiros palacetes desta cidade, encontrei eu, uma noite, no exercício da profissão médica, em bandeja de prata e em pequena mesa de charrão, as imagens dos santos gêmeos, tendo ao lado água em pequenas quartinhas douradas e esquisitos manjares africanos. Em muitas outras casas, em que existem gêmeos, é de praxe no dia de São Cosme e São Damião darem-se grandes banquetes de iguarias da Costa. Nas proximidades dessa data, mês de setembro, cruzam-se nas ruas inúmeras pessoas que esmolam para São Cosme e São Damião, conduzindo as imagens dos santos, em salvas de prata, bandejas, caixinhas enfeitadas, ou mesmo em cestos, tabuleiros, apenas cobertos dos panos da Costa ou dos xales. Mas esta equivalência entre *orichás* e santos católicos é conhecida mesmo em África. Assim o afirma o Dr. Féris, que ao mesmo tempo indica na frequência dos partos duplos a causa provável da adoração de *Ibeji* e de São Cosme e São Damião.

Em toda a Costa, escreve ele⁷, os partos de gêmeos são de notável frequência. Um ramo considerável da população é composto deles: em doze mulheres escravas pertencentes a Benigno de Sousa, um dos netos do primeiro *Cháchá*, quatro tiveram, no mesmo ano, filhos gêmeos, e uma delas já tinha tido quatro partos consecutivos desta espécie. Quando um dos gêmeos morre, o sobrevivente conserva um boneco de madeira que representa seu irmão: comumente o traz preso ao dorso. Os negros católicos tem o hábito de batizar os filhos gêmeos com os nomes de Cosme e Damião.

Não temos as observações de Féris, no trabalho citado, por muito seguras, mas aqui elas estão conformes aos fatos. Se em alguns povos

⁷ Féris, *La cote des Esclaves*, loc. cit., pág. 322.

africanos o parto duplo é considerado um mal e o costume manda sacrificar uma das crianças, o mesmo não se observa entre os Nagôs, que erigem Templos a *Ibeji*. E deles certamente tomou a nossa população a consideração especial em que são tidos os gêmeos ou *mabaças*.

Agé-Chálugá, *Ajá* e *Ochanbin* são deuses da medicina e muito estimados pelos Nagôs. Creio que a *Ochanbin* se devem referir as informações que colhi sobre os *orichás* contrários a *Chaponan*. Os Negros falam muito em *Iabahim*, mãe da bexiga ou varíola e eu supus uma divinização recente da vacina. Todavia, esta interpretação tem contra si a repugnância e relutância dos Negros a se fazerem vacinar.

VIII. GÊGES OU EWES. Tão íntima é a fusão em que se encontra na Bahia a mitologia ewe com a iorubana que se tornou hoje impossível distingui-las e em nossos primeiros trabalhos eu não as tive por diferentes. Acredita Ellis que os povos da Costa do Ouro e dos Escravos provieram de um tronco ancestral comum e que as suas mitologias não são mais do que fases diversas das crenças religiosas de um mesmo grupo étnico, chegado a estádios diferentes da sua evolução cultural. A mais atrasada seria a dos Tshis, a mais adiantada a dos Nagôs, intermediária a dos Geges. Um vez reunidos no Brasil e dominando a língua nagô, naturalmente *Gêges*, *Tshis*, e *Gás* adotaram imediatamente as crenças e cultos iorubanos. E como depois da iorubana é a mitologia gege a mais complexa e elevada, antes se deve dizer que uma mitologia *gêge-nagô* do que puramente *nagô* prevalece no Brasil.

Já vimos que são hoje muito reduzidos em número os *Gêges* da Bahia. Se em tempo existiram aqui livres de mescla as suas crenças e o seu culto, não posso afirmar agora. Nos atuais *candomblés* e terreiros *gêges* predomina o elemento crioulo e mestiço e as práticas são como nos *candomblés* e terreiros nagôs um misto das duas mitologias. O que não sofre dúvida é que hoje a mitologia ewe é dominada pela iorubana. *Khebiôsô* não é mais do que um outro nome de *Changô*. É, como esta, uma divindade rigorosamente antropomórfica. Ora, nisso vai perdida a tradição. Para os Ewes Africanos, *Khebiôsô* é pela etimologia da palavra “a ave que projeta fogo”, de *khe* (ave), *bi* (esfuziar, projetar luz), e *sô* (fogo). A concepção tem a sua lógica. Como o trovão é fenômeno que se passa nas alturas e os *Ewes* supõem que só as aves podem pelo vôo subir e livrar-se no espaço, inferem que *Khebiôsô* deve ser uma ave ou pelo menos uma

criatura com as formas de ave e dotada da capacidade de voar. Crenças análogas existem em povos do mesmo nível intelectual como os *Mandans* da América do Norte.

Em outras divindades se revela a mesma identificação de crenças com a simples variante do nome da divindade. O *Irôco* dos *Nagôs* é aqui perfeitamente sinônimo do *Lôco* dos *Gêges*. Aconteceu que, nos nossos estudos publicados antes de conhecer as obras de Ellis, negros *nagôs* nos fizeram corrigir o nome de *Lôco*, porque é conhecida a grande gameleira do engenho *Guaíba*, na vila de São Francisco, pretextando que havia simples corrupção crioula do seu verdadeiro nome *Irôco*.

Em outros casos, temos verificado que *Nagôs* não conhecem bem ídolos ou fetiches *gêges* que eles adoram sob os nomes de divindades suas. Um pai de terreiro *nagô* cedeu-me para fotografar dois ídolos ou figuras *gêges* de *Elegbá* que ele não sabia bem o que representavam. Eram, todavia, dois ídolos perfeitos em bronze, um de cada sexo. Corpo comprido, pernas muito curtas, boca rasgada até as orelhas, volumosos órgãos sexuais, longos peitos pendentes na mulher.

IX. É digno de reparo o fato de parecer não ter existido no Brasil, pelo menos convenientemente organizado, o culto da serpente, do *Dãnh-gbi* dos *Gêges*. Ellis acha muito simples a explicação de encontrar-se o culto *Vodú* nas Antilhas francesas e espanholas e não nas inglesas.

Que o termo *vodú* exista no Haiti e na Luisiânia e não nas ilhas britânicas da Índia Ocidental, escreve ele⁸, só poderia surpreender a quem não conhecesse a história do comércio de escravos. Os escravos de língua tshi, chamados *coromantees* na gíria (jargon) dos negociantes de escravos e que eram exportados dos fortes europeus da Costa do Ouro, não eram admitidos nas colônias francesas e espanholas por causa da tendência à rebelião. Por isso eram eles dirigidos para as colônias britânicas como o único mercado que lhes estava aberto, ao passo que as colônias francesas e espanholas tiravam o seu principal suprimento dos escravos da língua ewe, exportados de Whydah e Badagry.

E eram estes os propagadores do culto *Vodu*.

O caso do Brasil é uma contestação formal à explicação de Ellis. Em primeiro lugar, é certo que a Bahia, pelo menos, recebeu em número elevado negros minas ou Tshis, e não foram estes os que aqui se revelaram mais belicosos. Em segundo lugar, sendo exato que ela recebeu em cópia muito mais avultada negros *Gêges* e que ainda hoje subsistem entre os seus descendentes as crenças e os cultos que eles trouxeram consigo da África, apesar disso o culto *Vodu* não existe na Bahia.

No entanto, é notório que, se mais tarde o culto de *Dãnh-gbi* se estendeu ao Dahomey, ele é, em todo o caso, originário de Ajudá e Ardra, dominando no Grande e Pequeno Pôpô, Agwelh e reino do Porto-Novo. Pois bem, sabemos já que desta região, da pátria do culto de *Dãnh-gbi*, portanto, recebemos no Brasil o maior número dos escravos *Gêges*, pois parece que a denominação de *Gêges*, por que os Ewes são conhecidos na Bahia, lhes vem das tribos *Geng*, que se estendem de Bageida a Akrakú, abrangendo os países acima mencionados.

Na nossa opinião, a explicação do fato apontado é outra e não a da especial capacidade das colônias inglesas por domar negros valentes.

Os cultos africanos tomaram na América uma feição de acordo com a composição étnica das populações negras e com o valor cultural dos escravos reunidos em cada região.

Na Bahia, os *Nagôs* assumiram a direção das colônias negras, impuseram-lhes a sua língua e as suas crenças e, como não existe culto da serpente entre os *Nagôs*, o importado pelos *Gêges* acabou por desaparecer entre nós. De fato, não se deve crer que ele não tenha existido de todo. Como vestígios temos encontrado nos *terreiros*, em que foi mais acentuada a influência dos *Gêges*, ídolos ou figuras representativas da serpente. No *terreiro* de Livaldina, achei como um dos ídolos uma haste ou antes lâmina de ferro de cerca de cinquenta centímetros de comprimento, tendo as ondulações de uma cobra e terminando nas duas extremidades em cauda e cabeça de serpente. Apenas a ignorância da mãe do terreiro a fazia desprezar a representação ou imagem figurada, para atender somente à qualidade da matéria prima de que o ídolo era formado, fazendo-a tê-la por uma figura ou ídolo *nagô* de Ogun, orichá da guerra e do ferro, em vez de reconhecer nele o *vodú gêge Dãnh-gbi*, a cobra-deus.

⁸ Ellis, *The Ewe Speaking Peoples of Slave Coast of West Africa*, London, 1890, pág. 30.

Uma circunstância toda local parece ter influído poderosamente para a organização do culto da serpente nas Antilhas: o terem ali encontrado os Negros um culto da serpente entre os aborígenes.

É este culto da serpente, escreve Réville⁹ falando dos Gêges de Whydah ou Ajudá, que, transportado às Antilhas pelos Negros escravos, se associou ao culto de um antigo deus-serpente da América Central, *Votan*, o que deu lugar a essa religião do *Vodú*, que os pretos das colônias praticavam mais ou menos secretamente e cujas cerimônias degeneravam em verdadeiras cenas de sabbat.

Compreende-se, e não se pode deixar de admitir, a influência que esse culto indígena devia ter exercido sobre o que os Negros traziam da África.

Não devemos, porém, iludir-nos em relação à influência possível do termo *Votan* sobre a denominação de *Vodu* que nas Antilhas tomou o culto da serpente. Réville não diz que tal influência se tivesse dado, mas a aproximação por ele feita das denominações *Votan* e *Vodu* bem poderia sugeri-la.

É necessário ter a maior reserva com estas aproximações etimológicas que já se tornaram fonte de tantos erros em questões de mitologia. Disso e exemplo o próprio culto *Vodu*. Dele escreveu, por exemplo, o Dr. Brinton¹⁰:

Frequentemente a religião (dos Negros americanos) se associa a crenças supersticiosas e ritos conhecidos por mistérios *Vodu* ou *Obi*. Alguns têm acreditado que eram estes relíquias de crenças fetichistas da África Equatorial, mas nunca se chegou a provar essa dependência: ao contrário W. W. Newdell mostrou repousarem em autoridades muito duvidosas as histórias de sacrifícios de crianças, de canibalismo ritual e de cerimônias obscenas; e se, de fato, elas se dão, são atos de um número muito reduzido de fanáticos. A palavra *Vodu* ou *Húdú* como usualmente se pronuncia nos Estados Unidos, é uma forma crioula do francês *Vaudois* e etimologicamente deriva do período de perseguição dos *Vaudois* ou *Waldenses*, que são representados, pelos seus adversários, como feiticeiros e

nigromantes, donde o termo *Vaudois* veio a ser sinônimo de “feiticeiro” ou “nigromante”.

Inútil insistir em que tudo isto não passa de mera fantasia. *Vodu* é palavra gêge e significa “divindade”, ou “santo”; exatamente sinônimo do termo nagô *orichá* e do termo tshi *bosum*. E é evidente que a sua aplicação para designar o culto da serpente ou *Dãnh-gbi* proveio apenas da ignorância da população crioula que simplificou a expressão gege: “culto do *vodu Dãnh-gbi*” para “culto *vodu*”.

Além de *Mawu*, *Khêbiosô*, *Legba*, *Anyi-ewo*, *Loko*, *Hoho*, *Saponan* e *Wu* (mar), confundidos com os *orichás* nagôs correspondentes *Olorun*, *Changô*, *Elegbá*, *Ochunmarê*, *Irôco*, *Ibégi*, *Chaponan* e *Olokun*, existe um número crescido de *vodus* ou divindades gêges menos conhecidas como *Dsô*, fogo, *Nati* e *Avrikiti*, divindades marinhas; *Bá*, deus dos guerreiros, e animais como o crocodilo, o leopardo, etc.

Das mitologias *Tshi* e *Gá* quase nada passou aos crioulos a não ser o termo *Bosum*, divindade ou santo, e equivalente a *orichá* e *vodu*, assim mesmo pouco usado e mais no sentido de encanto ou feitiço.

X. SACERDÓCIO E LITURGIA AFRICANAS NA BAHIA – Os povos negros mais atrasados não possuem divindades nacionais: cada tribo, grupo de tribo ou nação pequena adora fetiches ou ídolos próprios e sobretudo não tem sacerdócio organizado. Tais religiões não dispõem de capacidade e força de generalização, ou de propagação e, transplantadas a novo meio as práticas desses cultos individuais, estão fatalmente destinadas a extinguir-se com os seus adoradores. Foi, de fato, o sacerdócio, o culto organizado que garantiu o sucesso das religiões nagô e gêge no Brasil. E em rigor são os únicos sobreviventes.

Entre os Gêges ou Ewes, pelo menos no Dahomey e Porto Seguro, o rei é considerado o chefe dos sacerdotes. Apenas, em ocasiões extraordinárias os convoca em assembleias ou concílios. Mas esta fusão da religião com a realeza não é absoluta. Entre os Nagôs, a sociedade secreta, *Oshogb* ou *Ogboni*, — espécie de maçonaria africana, — é que assume a direção suprema do culto. Muito ampla é, de fato, a alçada da jurisdição desta associação secreta que funciona sob a proteção ou invocação de *Odudua*, contando lojas ou confrarias filiais em todas as cidades e vilas, possuindo sinais, passes e senhas próprias e exercendo grande influência na

⁹ Réville, *La religion des non civilisés*, tomo I, pág. 66.

¹⁰ Art. *Negro* da *Chambers Encyclopedia*, Filadélfia, 1876.

direção ou governo dos estados nagôs. O sigilo é guardado sob pena de morte que se executa com requintada crueldade. O *Alafin* de Iorubá é o chefe de todos os *Ogbonis* que nos diferentes países são dirigidos pelos *Eke-jis-Orichás*, ou chefes dos sacerdotes.

No Brasil, o culto gêge-iorubano não conserva, não possui esta organização superior do sacerdócio; os *terreiros* ou igrejas não guardam uma subordinação hierárquica, trabalhando por conta própria e em completa independência. Nos centros principais, como na capital da Bahia e nas suas cidades mais importantes, Cachoeira, Santo Amaro, São Gonçalo, Feira de Santana, etc., os *terreiros* se conhecem, se respeitam reciprocamente, se visitam em comissões por ocasião das grandes festas anuais. Alguns chefes ou diretores de *candomblés* chegam mesmo a falar na existência de certa subordinação e interdependência dos diferentes *terreiros*. Mas tudo isso não passa de um aparentar da organização africana: eles são, de fato, de todo livres e independentes. Quando se interroga aos chefes sobre qual o *terreiro* supremo a que se devem sujeitar todos os outros, eles indicam ora um, ora outro, conforme as suas simpatias ou preferências pessoais.

O sacerdócio iorubano ou nagô, na Costa dos Escravos, compreende três ordens principais com múltiplas subdivisões.

A primeira ordem abrange:

1º Os *babalaus* ou sacerdotes de *Ifá*;

2º Os sacerdotes de *Aroni* e *Ochanin*, deuses da medicina;

3º Os sacerdotes de *Obatalá* e *Odudua*.

Todos trajam vestes brancas: os primeiros têm como distintivo uma cauda de vaca; os últimos, braceletes e voltas de contas brancas.

A segunda ordem compreende: 1º, os sacerdotes de *Changô*; 2º, os sacerdotes dos outros *orichás*. Vestem vermelho e branco e cada *orichá* se distingue pelos braceletes e voltas especiais de contas ou de metal. *Ogun*, bracelete de ferro; *Yemanjá*, de contas transparentes; *Ochun*, amarelas; *Ifá*, verdes e amarelas; *Ochunmarê*, vermelhas, etc.

A terceira ordem compreende: 1º, os sacerdotes de *Okô*, deus da agricultura; 2º, os dos semideuses, como *Huisi*. Distinguem-se por um pequeno sinal branco, pintado a giz, que trazem na fronte.

Na Bahia, pelo menos atualmente, não existem estas especializações sacerdotais. Cada *pai* ou *mãe* do terreiro dirige o culto de todos os *orichás*. Mas, nas grandes solenidades, e sempre que a coisa é possível, eles se associam a outros chefes ou colegas e então a cada qual cabe a direção do culto do *orichá* a que é especialmente votado. Em particular para as funções de *babalau* é que se requerem entre nós sacerdotes ou pais de terreiros especiais. E quando há recursos para isso, eles são mandados vir de grandes distâncias, às vezes em penosas viagens para os velinhos.

O corpo de sacerdotisas muito se aproxima, porém, do que ele é na África. A denominação, geralmente adotada na Bahia, de “*pai* ou *mãe de santo* ou de *terreiro*”, é tomada à língua gêge. “*Mãe de santo*” é a tradução literal de *Vodu-no*, nome dado às sacerdotizas gêges do culto de *Dãnh-gbi* (*Vodu*, *orichá* ou *santo* e *no*, *mãe*). Por extensão vieram as denominações *mãe-de-terreiro*, *pai-de-santo* ou *de terreiro*. No entanto, entre nós as sacerdotisas não são chamadas, como no Dahomey, *mulheres* ou *esposas* de santo, mas sim, *filhas de santo*.

As nossas *filhas-de-santo* não são como as *kosi* gêges, prostitutas de profissão que, depois de um noviciado de três a quatro anos, consumidos em aprender os cânticos e as danças próprias do culto e a se prostituir nos seminários, passam a residir em quarteirões especiais das cidades. No pressuposto de que são esposas dos deuses, elas não se podem casar e são destinadas à prostituição sagrada com os sacerdotes nas grandes solenidades. Desnecessário afirmar que tal restrição é fácil e impunemente esquecida. Estas mulheres não são reputadas responsáveis pelos excessos que praticam, pois é de fé que nesses casos se acham possuídas de deuses ou *orichás*, à satisfação de cujos desejos servem de meros instrumentos. No Brasil, os cultos negros não estabeleceram uma prostituição sagrada assim regulamentada. Mas são notórios os excessos e orgias que reinam nos grandes *candomblés*. Este conhecimento é mais do que transparente nos artigos e notícias da imprensa baiana, que sobre os *candomblés* mais adiante vão transcritos. E todo o mundo sabe que o culto fálico das mitologias gêge e iorubana admite, melhor autoriza a prostituição nas suas solenidades. A obediência passiva dos filiados ao chefe ou diretor do terreiro é tal que as filhas de santo não se animariam a resistir a uma ordem dos deuses ou *orichás*, intimada pelo pai de terreiro, a ele facilmente abandonando as filhas ou a si própria.

Na Bahia, como na África, ao termo do noviciado, a filha de santo é submetida a uma prova decisiva que entre nós se chama — da *feitura de santo*. O processo descrito pelo Coronel Ellis, para os Minas, Gêges e Nagôs, com pequenas variantes também ainda observado entre nós, é o mesmo que minuciosamente descrevi no *Animisme Fetichiste*. Posto seja considerada cerimônia esta muito misteriosa e secreta, já a tive ocasião de assistir e, como demonstrei, consiste em última análise em provocar um estado de transe ou possessão, que em rigor se pode considerar um equivalente do êxtase religioso. É entre nós conhecido pela designação de *estado de santo, cair ou estar de santo*. Ellis, que não é médico, dá menor importância ao *estado de santo*; mas na realidade se trata de um estado de sonambulismo provocado dos mais curiosos. Nele reside a essência de todas as práticas religiosas dos Negros; a ele se reduzirão elas em última análise ao termo da desorganização que no Brasil lhes vai impondo o novo meio social. Como vão mostrar os fatos, é o estado de possessão, ou *estado de santo*, o núcleo irreduzível das práticas de feitiçaria e de curas populares, das falsas práticas cristãs, em que terão de sobreviver na população brasileira os cultos fetichistas importados da África e dos tomados aos Índigenas americanos.

Como era natural, o sacerdócio iorubano perdeu no Brasil toda a intervenção nos atos da vida civil. O casamento, os atos de nascimento, o enterro são regulados por leis do país, que não toleram a intervenção dos padres negros. Apenas persiste o culto dos mortos e com eles práticas e cerimônias africanas. Mostrei no *Animisme Fetichiste*, que a missa do sétimo ou do trigésimo dia do falecimento de uma *filha de santo* e melhor de *pai* ou *mãe de terreiro* constitui um misto de práticas africanas e católicas. À missa católica segue-se o *candomblé* funerário em que se invoca o morto para conhecer as suas deliberações últimas. A manifestação do espírito, ou é a do próprio morto, ou a do *orichá* a que ele era votado, e reproduz um dos *estados* de santo comuns. Se o *orichá* não encontra quem aceite as responsabilidades de prosseguir no culto que dirigia o morto; ou se não acha nos presentes algum digno dessa honra, as insígnias e ornamentos, os ídolos e seus altares são levados, às horas mortas, em misteriosa procissão, a uma água corrente, a fim de que o regato, o rio ou a maré vazante os conduzam à África, onde, estão certos os Negros, infalivelmente irão ter.

Em alguns destes *candomblés* funerários encontra-se ainda o *Egungun*, grotesca aparição da alma do finado. Não passa de uma farsa combinada entre os chefes e diretores de *candomblé* e pessoa de confiança que, vestida de longas roupas brancas, vem responder a invocações que em momento oportuno lhe são feitas. Nada mais curioso do que a ingênua credulidade dos circunstantes. Alguns me garantiram ter visto o morto comparecer à festa, em geral à noite, mas por vezes em pleno dia, comer, dançar e retirar-se como veio. É do mesmo gênero a aparição de *Orô* que, entre nós, só existe, ao que me consta, nos terreiros mais afastados. É um fantasma que leva dia e noite a anunciar a sua presença com a emissão de sons plangentes e vibrantes, ouvidos a grandes distâncias. Sabe-se que estes sons são tirados muitas vezes de uma espécie de flauta de bambu.

XI. ADULTERAÇÕES SOFRIDAS PELO CULTO GÊGE-NAGÔ NA BAHIA: MEDIDAS REPRESSIVAS; GRANDE VITALIDADE E RESISTÊNCIA. — Cotejando o culto gêge-nagô na Bahia, tal como o descrevemos no *Animisme fetichiste*, obra a que enviamos o leitor para os detalhes com o que ele é na Costa dos Escravos, segundo a descrição de Ellis, fácil é reconhecer-lhe grandes diferenças. Nem podia ser de outro modo.

Na África, estes cultos constituem verdadeira religião de Estado, em cujo nome governam os régulos. Acham-se, pois, ali garantidos pelos governos e pelos costumes. No Brasil, na Bahia, são ao contrário consideradas práticas de feitiçaria, sem proteção nas leis, condenadas pela região dominante e pelo desprezo, muitas vezes apenas aparente, é verdade, das classes influentes que, apesar de tudo, as temem. Durante a escravidão, não há ainda vinte anos portanto, sofriam elas todas as violências por parte dos senhores de escravos, de todo prepotentes, entregues os Negros, nas fazendas e plantações, à jurisdição e ao arbítrio quase ilimitados de administradores, de feitores tão brutais e cruéis quanto ignorantes.

Hoje, cessada a escravidão, passaram elas à prepotência e ao arbítrio da polícia não mais esclarecida do que os antigos senhores e aos reclamos da opinião pública que, pretendendo fazer de espírito forte e culto, revela a toda hora a mais supina ignorância do fenômeno sociológico.

Não é menos para lamentar que a imprensa local revele, entre nós, a mesma desorientação no modo de tratar o assunto, pregando e propagando a crença de que o sabre do soldado de polícia boçal e a estúpida violência de

comissários policiais igualmente ignorantes não de ter maior dose de virtude catequista, mais eficácia como instrumento de conversão religiosa do que teve o azorrague dos feitores.

É uma página tão curiosa como altamente instrutiva de psicologia religiosa e popular da época, esta em que deixo aqui registrados os documentos que já de alguns anos tenho tido a paciência de ir colhendo na imprensa do país. Limito-me à Bahia, porque tive a cautela de informar-me pessoalmente da veracidade dos fatos visados pelos noticiaristas. Mas a coleta se pode estender com igual fruto a outros pontos do país. Tenho levado a observação, com o mesmo sucesso, à imprensa do Rio de Janeiro e à de Pernambuco.

O espaço de que disponho não permite dar na integra todos esses documentos, porquanto toda a imprensa da capital do Estado é aqui chamada a depor no caso. E, por isso, dos artigos mais longos, apenas transcrevo os pontos capitais.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 5 de outubro de 1896:

Candomblé — Comunicam-nos que há 6 dias está funcionando, no lugar denominado *Gantois*, um grande candomblé. Os bondes da *Linha Circular e Transportes* passavam depois de meio-dia até às 5 horas da tarde cheios de povo que para ali tem afluído. Acabam de nos informar que entre as pessoas que foram apreciar o *candomblé* achavam-se uma autoridade policial e diversas praças de polícia à paisana e alguns *secretas* da mesma polícia.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 6 de outubro de 1896:

Candomblé. — O Sr. Dr. secretário da polícia e segurança pública, por ofício que dirigiu ao Dr. 1º comissário Falcão, recomendou-lhe que faça cessar um candomblé, que há dias está funcionando no lugar denominado *Gantois*, e contra o qual tem havido queixas.

Diário da Bahia, de 12 de dezembro de 1896:

“Os *Batucagés*” do *Engenho Velho*. — Somos informados de que há muitos dias reinam os *batucagés* num dos *terreiros* do Engenho Velho, incomodando a vizinhança, com os estrondosos ruídos dos *tabaques e chocalhos*, a vozeria dos *devotos* que em número extraordinário a eles concorrem, e as desordens que não raro surgem por questões de ciúme aguardentado dos *ogans* e outras *dignidades*

que ali vão assistir aos votos feitos pela *ventura*, que uma multidão de mulheres de toda a casta vai ali tomar da mão dos respectivos *papais*.

O que mais existe ali é a negociata dos *papais* e das *mamães* de terreiro, que exploram a toleima dos que lhes crêem nos sortilégios, filando grossas quantias, tirando os melhores proventos para instituição da larga clientela que os alimenta, e com isso a prática de atos lúbricos, que desembaraçadamente ali de contínuo se exercem; nos quais é sacrificado o pudor de pobres moças, a quem o desleixo dos pais ou as trapaças do feiticeiro arrastam e atiram na promiscuidade dos mais variados costumes libertinos para satisfação da cupidez insaciável dos *ogans* lassos, mas nunca fartos...

JORNAL DE NOTÍCIAS, de 22 de maio de 1897:

Um apelo justo. — Recebemos ontem a seguinte carta: — “*Amigo Sr. Lellis Piedade* — Esta é a segunda carta que tenho a honra de dirigir-vos, esperando de vosso não desmentido patriotismo chamar a atenção de quem de direito fôr para o desaparecimento dessas cenas *religiosas* praticadas pelo fetichismo africano, que *de dia a dia mais se enraíza aqui nesta terra*, enervando e embrutecendo o espírito popular que, levado pela superstição, só pode é degenerar em vez de se elevar aos altos destinos a que é chamado e de mais quantos desgostos no centro das famílias tem produzido estes *pais de santo e mães de santos*... — Um Patriota”.

O acúmulo de trabalho fez com que não respondêssemos logo à primeira missiva do *Patriota*, cujas palavras fazemos nossas. De fato: o povo não tem ainda a educação completa; preso à desídia do passado, o seu espírito não está bastante iluminado ainda para repelir falsas credences, que lhe entram no coração como um veneno, que pouco a pouco vai estragando. Compete ao poder público, compete especialmente ao honrado Sr. Dr. chefe da Segurança dar caça a essa malta de fanáticos e curandeiros de *fetichismo* que fazem danças macabras nos *terreiros* e vão até abusar da boa fé dos inexperientes prometendo curá-los de moléstias e afugentar deles os *maus olhados* e outras *afecções* de que se dizem únicos conhecedores. Aceitamos o apelo do *Patriota* e, fazendo-o nosso, chamamos para eles a atenção do Sr. D. F. Gaspar.

CORREIO DE NOTÍCIAS, de 25 de maio de 1897:

Cerimônias Fetichistas. — Como providência sobre o fato mencionado no *Jornal de Notícias* de 22 do corrente, em local sob o título *Um apelo justo*, o Sr. Dr. chefe da Segurança Pública recomendou ao Dr. 1º comissário que providenciasse a fim de que cessassem as cerimônias fetichistas de que trata a referida local.

CORREIO DE NOTÍCIAS, de 3 de junho de 1897:

Cerimônias Fetichistas. — Damos em seguida o escrito que nos foi enviado sobre a abusiva prática do culto fetichista *tão amplamente ampliado no nosso meio*. De acordo com o seu autor sobre inconvenientes morais e sociais dessas crendices, é com prazer que abrimos espaço a essa propaganda de higiene social em prol da qual também não regatearemos os nossos esforços.

Eis o artigo: Ora, diante disto é de esperar que os diferentes órgãos de publicidade desta capital abram espaço em suas colunas para aqueles que quiserem prestar um serviço à causa pública trazendo à luz da publicidade fatos que se faz preciso desaparecer de nossa sociedade, que tende a imergi-la no fanatismo, se espíritos adiantados e patriotas não procurarem debelar o mal *que se avoluma*, devido à falta absoluta de educação à rotina e herança que nos legaram os antepassados e que perdura enfrentando a verdade, sem respeito às leis que nos regem e às autoridades constituídas; e se assim continuar, o que será desta mocidade o que será enfim desta terra tão carente de progresso?...

Entre muitas casas *que formigam nesta capital*, por curiosidade procurei ter ingresso em uma delas para observar o que havia de verdade no que se me dizia e de fato, em uma sala bem preparada, vi o santo, o qual se acha dentro de uma enorme redoma de vidro, enfeitado rica e artisticamente com mil artefatos dando no seu todo uma feição misteriosa que faz crer aos seus crentes que ele ali está em carne e osso.

Ao entrar-se no local onde está o santo, os filiados da seita com mil cerimônias lançam-se por terra beijando-o e reverentes estendem a mão ao santo como sinal de inquebrantável fidelidade — *Um patriota*.

O REPUBLICANO, de 7 de junho de 1897:

Candomblé. — Durante todo o dia de ontem houve infernal *Candomblé* em uma casa de africanos à rua do Paço. Como,

infelizmente, não existe lei que garanta o sossego público, não é de admirar que bem dentro da cidade tenham lugar vergonhosos espetáculos que depõem contra os nossos costumes. Não cause espanto ao público, se amanhã a imprensa anunciar que dentro da secretaria da segurança houve festas em homenagens a Xangô ou outro qualquer. Tudo patenteia o estado atual da Bahia.

JORNAL DE NOTÍCIAS, de 8 de outubro de 1897:

O covil do Tio Yojô. — Escrevem-nos:

“*Srs. redatores* — Animado, pois, pelo vosso patriótico acolhimento, remeto-vos esta terceira missiva relatando-vos uma entrevista com um dos afamados chefes “feiticeiros”, o de nome tio Yojô, que mora no centro da cidade, na freguesia de São Pedro. Na sala e quarto, existe um montão de objetos impossíveis de serem descritos, tal a confusão que ali se nota: raízes, penas, peles de diferentes animais, búzios, conchas, cascos de cágados, répteis, *quadros de santos brancos* e pretos, máscaras, etc, etc. Em um *nicho está o mártir do Gólgota* alumiado por vela de sebo, dando àquele tipo evangélico sobre o madeiro onde está crucificado, de onde regenerou o gênero humano pelo amor e caridade, aspecto todo diferente do que sempre inspira pela sua grandeza, impassível presenciando as cerimônias fetichistas do tio Yojô. Este é africano de uns setenta anos mais ou menos...

DIÁRIO DA BAHIA, de 2 de fevereiro de 1898:

Continua a perturbar o silêncio público e a ser um verdadeiro foco de imoralidades e conflitos um terrível *candomblé* na Estrada das Boiadas.

A BAHIA, de 4 de janeiro de 1900:

No Gantois, 2º distrito da Vitória, há dias está funcionando um selvagem *Candomblé* que até às 11 horas da noite incomoda o sossego público. Dizem que há ordens expressas do chefe de polícia contra semelhante divertimento africano. Contudo a orgia vai por diante e quase sempre se repete ali, no *Gantois*.

A BAHIA, de 13 de janeiro de 1900:

Uma de *candomblés* e dos respectivos *santos*:

Um certo Pio, vendedor ambulante de pão, levou Ângela Maria, filha de Maria Estáquia Lopes, para um *candomblé* na Mata Escura, sem que o soubesse esta última. Quando Maria Eustáquia deu pela ausência da filha, correu a procurá-la no tal *candomblé*, onde a encontrou num estado de enorme exaltação, como louca, dizendo-lhe os da orgia que ela estava *com o santo* e que só a entregariam quando ele se retirasse. Felizmente o Sr. Dr. Moura, comissário da 1ª circunscrição, providenciou para que, apesar do *santo*, fosse Ângela entregue à sua mãe.

CORREIO DA TARDE, de 18 de novembro de 1902:

Fetichismo. – Deveras depoente do grau do nosso adiantamento intelectual é a condescendência criminosa, para a prática constante e diária de *candomblés*, no seio desta capital e em suas circunvizinhanças, onde se multiplicam esses antros de fanatismo e perdição.

Nas imediações do Dique, distrito de Brotas, funcionam muitos terreiros, dia e noite, com o atrevimento que concede a garantia ou o descuido dos policiais. De ordinário, tais centros atraem pessoas de reprovável comportamento, o que origina conflitos e toda a sorte de fatos atentatórios da moral. Não fosse o *candomblé* da *Cabocla* ao Porto dos saveiros, e não se teria dado a morte da infeliz praça do 5º de infantaria, segundo noticiamos. Fica assim notificado nosso protesto.

Para abreviar as transcrições que são feitas com prejuízo do espaço de que disponho, limito-me a dar apenas mais duas do ano em que escrevo estas linhas. Elas dão uma ideia precisa da forma e extensão do culto gêgeiorubano na Bahia, dezoito anos depois da abolição da escravidão no Brasil.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 9 de maio de 1905:

*Candomblés*¹¹. — Muita gente há que, contradizendo-se flagrantemente, apesar de crer em Deus Soberano, Verdadeiro, Todo Poderoso, cultua uma legião de *deuses* inferiores, os do fetichismo, barbaramente denominados, sob curiosas invocações.

Semelhante crendice, dia a dia vai ganhando terreno no seio da massa ignara, que já a não cultiva nos pontos distantes do perímetro urbano,

¹¹ Desta importante notícia, limito-me a transcrever aqui a primeira parte. Completá-la-ei pouco adiante.

por isso que os *candomblés* funcionam no próprio centro da cidade. Como é natural, à proporção que o número de prosélitos do fetichismo vai crescendo, vão aumentando as casas em que ele tem prática, surgindo novos *pais de terreiro*, o que é dizer, exploradores da credulidade dos néscios. Com isso, prejudicada embora a civilização, muito lucram os negociantes do chamado azeite de dendê e os negociantes de pombos e galinhas.

Para essa turba de ignorantes papalvos, não há mal algum, moral ou físico, que não possa desaparecer à influência das ervas misturadas com azeite; e assim é que apenas sentem uma dorzinha de cabeça ou lhes aflige um incômodo qualquer, correm a prostrar-se aos *pés dos abalauês* besuntados de sangue de galináceas, eretos nos *pagés*. A mor parte desses está disseminada nos bairros próximos da cidade, havendo lugares em que se encontram mais de dois. Na estrada das Boiadas, por exemplo, existem uns três desses antros de corrupção. Por muito tempo esteve ali na berra o *candomblé*, denominado de caboclo, de um tal Bernardino, por morte do qual passou o *terreiro* à propriedade de Manuel, vulgo Maneta, um indivíduo que passa o tempo, que podia aproveitar em um trabalho dignificante, a cevar a ociosidade, que lhe proporciona o seu papel de intérprete de *santos*, curador de malefícios, proporcionador de *ventura*.

GAZETA DO POVO, de 16 de agosto de 1905:

Num candomblé – As coisas do feitiço – Demência e morte. – Ontem, à tarde, quando se divertia em um *candomblé*, na estrada do Rio Vermelho, foi repentinamente atacado de uma síncope, que o prostrou por terra, sem sentidos, o cidadão Antônio Ernesto Soares. Retirado para a sua residência, o infeliz, após incessante e penosíssima agonia, veio a falecer cerca de meia-noite, sendo baldados todos os esforços para salvá-lo. – Antônio Ernesto Soares fora há tempos oficial de polícia, tendo sido aposentado em virtude de seu estado de demência, proveniente de sua iniciação em coisas de *feitiçaria*.

A eloquência destes documentos não tolera sofismas. Deixam eles fora de qualquer dúvida não só que as práticas religiosas dos Negros persistem no Brasil, como ainda que cada vez mais se alastram e se difundem na população de cor, do Estado da Bahia pelo menos.

Mas o que deles sobressai em admirável destaque é a extraordinária resistência e vitalidade dessas crenças da Raça Negra. Para apagá-las tudo

tem sido debalde: a antiga e tão prolongada repressão, desumana por vezes, sempre violenta, dos senhores de escravos e dos feitores, como a intervenção, não menos violenta, da polícia; os incessantes reclamos da imprensa, como a instigação das outras classes, para que seja erradicado o mal. O culto gege-nagô, *terreiros* como *candomblés*, continua a funcionar regularmente e cada vez mais se implanta nas cidades principais do Estado.

É sugestiva a rigorosa periodicidade com que, pelas épocas das festas religiosas nagôs, se reproduzem todos os anos na imprensa local as reclamações contra os *candomblés* e com elas as ordens severas e terminantes da polícia “para acabar-se por uma vez com essa tradição africana que nada (!) justifica numa cidade como a Bahia e é de tão fácil extirpação”.

Curioso este tom de ingênua sinceridade e convicção profunda com que a imprensa, o público esclarecido e a polícia acreditam possível sufocar as crenças religiosas de uma raça com a mesma facilidade com que se dispersa um ajuntamento fortuito de curiosos.

O culto gêge-nagô que resistiu à conversão católica a chicote nas fazendas e plantações; que sobreviveu a todas as violências dos senhores de escravos; que não se absorveu até hoje nas práticas do catolicismo dos brancos, diante de cuja resistência, pode-se dizer, capitulou o clero católico que já nem tenta converter os infieis; em que não faz mossa o ensino elementar das nossas escolas; esse culto está destinado a resistir, por longo prazo ainda, à propaganda da imprensa como às violências da polícia, pois nem uma nem outra se pode reputar mais eficaz do que todas as missões de catequese enviadas às plagas africanas. Diante das violências da polícia, as práticas negras se furtarão à publicidade: hão de refugiar-se nos recessos das matas, nos recônditos das mansardas e *cortiços*: se retrairão às horas mortas da noite; se ampararão na proteção dos poderosos que buscam as orgias e devassidões que elas lhes proporcionem; tomarão por fim as roupagens do catolicismo e da superstição ambientes. Mas essas práticas, no sentimento religioso que as inspira, hão de persistir enquanto a lenta evolução da Raça Negra deixar o Negro, o Negro antropológico atual.

E é para notar que as medidas empregadas na Bahia contra os cultos Africanos, consoante as ideias falsas que deles têm tanto os que as reclamam como os que as executam, não têm a forma de uma intervenção

moderada, lícita e sobretudo convincente. São todas atos violentos, arbitrários e ilegais.

Como o demonstrou todo o estudo aqui feito, corroborado pelos realizados na África, trata-se, no caso do culto gege-nagô, de uma verdadeira religião em que o período puramente fetichista está quase transposto, tocando às raízes do franco politeísmo. Os nossos *candomblés*, as práticas religiosas dos nossos Negros podem, pois, ser capitulados de um erro, do ponto de vista teológico e como tais reclamar a conversão dos seus adeptos. Absolutamente elas não são um crime, e não justificam as agressões brutais da polícia, de que são vítimas.

O texto da nossa Constituição política¹² é claro e terminante. A todos os habitantes deste país, ela garante plena liberdade de consciência e de culto. O Código Penal da República qualifica os crimes de violência contra a liberdade de cultos e marca-lhes a penalidade.

Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou *terreiros* africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão, sem formalidades legais, dos país de *terreiro* e diretores de *candomblés*?

É este um ponto que merece ser estudado a fundo porque a estratificação das sobrevivências morais africanas aqui se descobre de um modo positivo e em estado de admirável pureza.

Esses atos, que não podem deixar de revoltar os espíritos educados no sentimento da justiça, da liberdade de consciência, e do respeito à dignidade humana, mesmo nas suas formas mais rudimentares e humildes, revelam apenas um estado rudimentar do senso jurídico, tornado diretamente às raças inferiores que colonizaram o Brasil e cujo sangue corre ainda quente e abundante nas veias de muitos dos executores de tais violências.

¹² Art. 72. A constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

Delas, o móvel imediato é o estúpido terror do feitiço e das práticas cabalísticas; mas a forma do atentado, essa nasce da incapacidade em que está a nossa polícia judiciária de sentir o respeito aos direitos individuais e do seu menosprezo inconsciente pelas formas reguladoras do processo que, nos povos civilizados, despoja a intervenção da lei, dos caracteres de uma violência pessoal dos seus executores, como ela ainda se conserva nas gentes incultas.

Em tais casos, pelos móveis a que obedece como pela forma por que procede, a ação da nossa polícia não faz mais do que reproduzir com todo o rigor a prepotência cega, apaixonada e violenta dos pequenos potentados e régulos africanos. Demonstram-no fatos sem número de que servirão de exemplos os dois seguintes, tomados a este ano de 1905.

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 9 de maio de 1905, publicou a seguinte notícia, confirmada pelos outros jornais desta cidade:

Candomblés — Moça louca — A polícia em ação — Cercos e capturas — Uma procissão original... — O boato de que no candomblé enlouquecera uma rapariga de família, à qual fora propinada, como medicação, certa beberragem, célere chegou aos ouvidos do subcomissário do 1º distrito de Santo Antônio, a cujos limites pertence a Estrada das Boiadas. A referida autoridade, no intuito de averiguar o fato, anteontem, pela manhã, acompanhada do escrivão Esmeraldo Sutel, inspetor Amâncio Bacelar e de forças de cavalaria e infantaria de polícia, para ali se dirigiu, pondo cerco à roça em que funciona o nefando *oráculo*. Aproveitando o ensejo, o Sr. capitão José Estanislau Bahia, subcomissário, que teve ciência de existir no mesmo local outra casa de feitiçaria, cercou esta também. Muitos dos indivíduos que se achavam nas duas casas tiveram entretanto tempo de escapar, fugindo no número desses o *pagé* Manuel *Maneta*. Aqueles a quem o santo de sua veneração não protegeu com uma dose mais forte de agilidade tiveram de cair, fatalmente, nas mãos da polícia. Feliz foi a mulata Hortênsia de tal, mãe de um dos *terreiros*, a qual, logo que viu cercado o templo em que oficia, caiu presa de um ataque de nervos, não sendo presa por isso. Efetuadas diversas prisões, tratou a polícia de dar busca às casas arrecadando um verdadeiro arsenal de bugigangas: contas, cajados, búzios, um vaso com uma bebida a que dão o nome de *jurema*, pós de diversas qualidades, perus, 2 galos brancos, 2 cabras, etc.. Cercada de pratos de barro com azeite, foi encontrada também uma imagem

de Nossa Senhora da Conceição. Findo o trabalho da apreensão, organizou-se então um préstito original; na frente da escolta, um indivíduo empunhando um bandeira branca, ornada de penas e pés de galinha, búzios, obis, órobôs, etc. Em seguida, como que o acolitando, os demais presos, sobraçando *atabaques* de todos os tamanhos, *agôgôs* e outros pertences da feitiçaria arrecadados. No fim, as duas forças de polícia, em guarda de honra ao carnavalesco cortejo. Essa ridícula *procissão* percorreu diversas ruas do distrito de Santo Antônio, por entre a chacota de quantos afluíram às janelas e aos pontos de seu trajeto, até a estação policial, onde foi *recolhida* com todo o pessoal que carregava as *charolas*.

A autoridade policial abriu inquérito a fim de descobrir a verdade sobre o fato propalado da loucura da moça, que deu motivo ao cerco, constando chamar-se ela Eudóxia, e já se achar, em continuação do tratamento, no *candomblé* de uma tal Marcolina, na Cidade de Palha, 2º distrito de Santo Antônio.

A futilidade, antes a inexactidão do motivo alegado para esta exibição de prepotência, — o ter enlouquecido ali uma rapariga, — não passou de uma veleidade de cercar de maior importância o ato de bravura, de tão deprimente celebridade, pois na mesma violência policial foi, de passagem, compreendido um *terreiro* não acusado de crime, como, após o ato de selvageria, nunca mais se preocupou a polícia com a tal pessoa enlouquecida.

Mas a falta de compostura de autoridades, incapazes de sentir que estão rebaixando o decoro e a majestade da lei, em cujo nome devem agir, expondo a respeitabilidade do cargo, de envolta com as pessoas sagradas dos prisioneiros, ao escárnio público de uma procissão carnavalesca, mais deprimente dos nossos foros de povo civilizado do que as práticas religiosas dos pobres negros, apenas demonstra que elas não fazem mais do que copiar o modo de proceder dos régulos e chefes africanos.

Seria fácil confrontar a processualística baiana com a da África selvagem, para mostrar que a nossa polícia obedece inconscientemente a uma impulsão atávica. Mas em rigor a tarefa é ociosa.

Para que não fique, porém, a quem ler estas linhas fora da Bahia, a dúvida de que um móvel superior, — a pesquisa de um crime real, — possa

no caso transcrito, justificar, ao menos pela boa intenção, erros e violências policiais, darei o segundo exemplo, espécime de milhares de outros:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 4 de julho de 1905:

Por via de feitiçaria. – Entregavam-se aos bruxedos e bugigangas da feitiçaria, na noite de sábado último, os indivíduos de nomes Benjamin Manuel do Bonfim, Genoveva Maria de Santana e Pedro Alexandrino Ferreira, todos moradores no alto do Bonfim. E quando se supunham muito bem garantidos pelo seu adorado manipanço, eis que surge inopinadamente o ativo alferes Bacelar Guimarães, policial do distrito da Penha, o qual é um terrível para embirrar com tais bruxedos.

O resultado de toda a história é que os tais oficiantes de feitiçaria se viram obrigados a ir pregar para outra freguesia, isto é, alojados no xadrez do posto daquele distrito, tendo a polícia arrecadado todo o arsenal ali usado, que é o seguinte: vinte e sete embrulhos com pós desconhecidos, um pacote com quatro costelas de defunto, terra do cemitério e raízes, um embrulho com diversas folhas desconhecidas, uma caixa com orações, uma tigela com farófia de azeite de dendê, duas bananas, quatro pacotes de pós desconhecidos, todos juntos na mesma tigela, dois pires com milho torrado, três pratos com duas enormes pedras e oito ditas pequenas, conhecidas pelo nome de Santa Bárbara, um frasco com goma misturada com folhas, quatro toalhas embebidas em azeite de dendê, três quartinhas enfeitadas, duas garrafas com água, oito pombos, um galo e duas facas de ponta... que eram o cutelo do sacrifício. E depois dessa colheita, lá estão os bons dos *sacerdotes* de nova espécie à espera que o seu manipanço os tire de tão triste situação, o que certamente se dará a qualquer momento. Veremos.

De passagem, solicitamos a atenção para o fato singular de que estes atos não revoltam a imprensa baiana, que neles vê um motivo de gracejo inofensivo. Em tempo estudaremos a psicologia dessa aparente singularidade.

Há sua utilidade em saber como procede em casos tais um povo que tenha o senso jurídico convenientemente educado.

Em 1863, nesses Estados Unidos, a quem exprobramos a sua intolerância para com os seus irmãos negros, em pleno período da guerra de

secessão, no sul, em Nova Orleans, a polícia teve um dia denúncia de que se ia reunir uma grande sessão do culto *Vodu*, com intuitos sediciosos. Às dez horas da noite, oito oficiais de polícia penetraram inopinadamente no santuário onde encontraram cinquenta mulheres nuas em pelo dançando a dança *Vodu*, enquanto a sacerdotisa fazia as invocações. No meio da sala encontraram “um vaso cujo conteúdo era pelo menos tão variado como o da caldeira das feiticeiras de Macbeth”. Em torno do vaso, em três pratos de prata, muitas serpentes levantavam molemente as cabeças. Havia centenas de velas e queimavam-se perfumes esquisitos. Presas umas vinte mulheres, compareceram perante o tribunal, acompanhadas de cerca de duas mil negras e outros tantos negros. “Os advogados invocaram em favor dos seus clientes a liberdade de consciência inscrita na Constituição. Os mormons, os convulsionários, os milenários são tolerados, por que não haviam de ser os vodus?” Transcrevemos de Larousse¹³ a solução do pleito.

Ajuntemos este detalhe que pinta bem os costumes dessa grande América, onde não se tem medo da liberdade como entre nós. Demonstrado que a principal acusação, a da sedição, não era fundada, o juiz mostrou-se cheio de deferências para com os acusados, e, depois de lhes ter dado alguns conselhos para exortá-los a modificar algumas das suas práticas extravagantes, pronunciou a sentença de absolvição, no meio de aplausos ruidosos que, por muito tempo, reboaram na sala e fora dela.

Não é, pois, só na doutrina de Monroe, que os verdadeiros americanos são os norte-americanos. Ainda aqui e com razão a “grande América”, sem receios pela liberdade, não é pelo menos os Estados Unidos do Brasil.

No círculo das minhas relações pessoais, tenho provocado por vezes dos implicados uma justificação da legalidade de tais violências. E outra não pude apurar senão o desprezo para essa raça Negra, que não se pode qualificar, em boa intenção, de inferior, sem provocar protestos inflamados; e mais do que isso a falta de senso jurídico das classes dirigentes.

São os *candomblés* focos e ocasiões de devassidões, alegam. Alegação idêntica se tem feito contra os conventos, seminários, colégios e outras instituições análogas de caráter religioso. Mas, se, mesmo entre nós,

¹³ Dicc. de Larousse. Art. *Voudou*.

quando verdadeiras, essas alegações deram lugar a um procedimento criminal em regra, jamais constituíram motivo para agressões brutais, destruidores e sem forma de processo.

Concedamos que haja devassidões nos *candomblés*. Esse atos nem constituem todo o culto, nem mesmo a essência do culto gêge-nagô. A missão da polícia não podia ser, pois, outra senão a de vigiar para prevenilos ou para promover-lhes a punição quando chegassem a realizar-se. Mas como é que a polícia, estando todos os dias a suprimir templos, destruir ídolos e altares, a prender os diretores de *candomblé*, não chegou até hoje a promover a punição legal de um só desses crimes, categorizando-os e aplicando-lhes as penas do Código?

São os feiticeiros dos *candomblés* verdadeiros charlatães explorando a credulidade pública e exercendo ilegalmente a medicina, é o segundo item das alegações.

Deste *item* só é verdade que o exercício ilegal da medicina é um crime nas nossas leis. Terei de examinar a questão das curas e feitiços e precisar a sua psicologia. A clientela, que frequenta os feiticeiros, não é constituída de menores e mentecaptos, nem os feiticeiros vão arrancá-la às suas casas: é uma inépcia da lei pretender proteger quem cientemente se deixa explorar; mais do que isso, a feitiçaria assim organizada pressupõe a mesma participação, na responsabilidade social, dos feiticeiros e da sua clientela.

A alegação pode ser mesmo mais completa. O art. 157 do Código Penal dispõe:

Praticar o espiritismo, a magia e sortilégios, usar de talismã e cartomancia para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: Penas de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$000 a 500\$000.

Poderia causar surpresa o anacronismo desta disposição que não existia no Código de 1830, se não atentássemos em que ela não é mais do que a tradução na lei desse estado de espírito que, partindo das classes inferiores da nossa população, vem conquistando para as suas preocupações supersticiosas mesmo as classes dirigentes e mais cultas.

É manifesto que esta preocupação local fez perder ao legislador brasileiro, na adaptação das legislações criminais estrangeiras, o intuito, nesta dominante, de garantir o indivíduo contra o emprego doloso de tais recursos, sem a menor intenção de *a priori* condenar ou aprovar as práticas em si.

Mas, mesmo esse anacronismo do Código, em nada aproveita à defesa da polícia baiana. A pena prescrita pelo Código é de prisão celular e multa naturalmente aplicada com as formas de um processo regular, e não a violação do domicílio, a destruição dos ídolos e altares, a prisão arbitrária do cidadão.

Alegam afinal que os *candomblés* são práticas bárbaras e religiosas que deprimem os nossos costumes e envergonham a nossa civilização.

Nesta que é, sem dúvida, uma das mais fortes razões de ser da sanção tácita, concedida pelos espíritos melhor educados a essas violências e arbitrariedades policiais, se revela bem clara a ideia que se forma, entre nós, da apregoada igualdade de direitos e das qualidades dos Negros.

XII. Do que fica exposto, não se haja de concluir que, na nossa opinião, a religião e o culto gêge-nagô não terão de desaparecer do Brasil. Como culto organizado, ele persistirá ainda por largo prazo, mesmo após a extinção dos velhos africanos sobreviventes à escravidão. Grande número de *terreiros* na capital como principalmente no interior do Estado já são dirigidos atualmente por negros crioulos e mestiços, instruídos nessas práticas litúrgicas. Mas é evidente que, no conflito com o exemplo e as instituições do novo meio, a tendência será ao esquecimento completo dessa religião como culto organizado. Já este fato se dá no Maranhão, onde os filiados do último terreiro não passavam, em 1896, quando lá estive, de umas vinte e poucas negras e mulatas.

Coisa bem diversa é o que afirmo quando me refiro à persistência do fetichismo negro. Para confundir coisas tão distintas era necessário incidir no erro grosseiro de tomar, pela situação fetichista do momento religioso atual da Raça Negra, uma ou algumas das formas culturais em que se concretiza essa atitude mental. Entre nós, até mesmo espíritos de aparente cultura esperam ingenuamente a terminação da fase fetichista do sentimento e das crenças religiosas do Negro, com o desaparecimento, no Brasil, das práticas gêge-nagôs. Para estes, os negros Bantus que, na África, não

praticam, nem conhecem essa religião, devem ser tidos naturalmente por monoteístas.

Desprezando este modo superficialíssimo de ver as coisas, agora nos deve ocupar exatamente o estudo das atividades mentais que terão de substituir, no Brasil, como equivalentes psíquicos, as práticas dessa religião.

XIII. Três são as vertentes de atividades psíquica que se oferecem, no Brasil, à satisfação do sentimento religioso fetichista do Negro:

1º, a atividade religiosa na adaptação fetichista do culto católico;

2º, a sobrevivência religiosa africana, nas superstições e magias populares;

3º, a atividade curativa e criminal dos feitiços.

Devemos examiná-las por partes, estudando ainda neste capítulo as adulterações do culto católico.

Não posso voltar aqui à minuciosa demonstração que dei, no *Animisme fetichiste*, do modo por que na Bahia os Negros fetichistas se convertem ao Catolicismo. Apenas farei notar que as notícias sobre *candomblés*, acima transcritas da imprensa diária da Bahia, fornecem novas e eloquentes demonstrações do modo por que, no culto africano, os santos católicos se associam aos fetiches negros.

A adaptação fetichista do culto católico tem duas formas distintas, uma inteira ou subjetiva e outra externa e cultural.

Quando a direção do culto católico continua confiada à direção e à fiscalização de um sacerdócio mais ou menos esclarecido, a transformação do catolicismo em verdadeiros credos fetichistas politeístas é toda interna ou subjetiva. Tem o fenômeno então a feição descrita por mim no trabalho citado.

Toda vez, porém, que os Negros podem assumir a livre direção do culto, as práticas externas traduzem igualmente aquela situação mental assinalada. Este fato de transformação cultural exterior se verifica mesmo, uma vez ou outra, de um modo incompleto no primeiro caso. Mas revela-se em toda sua pujança e clareza em certas condições de mais liberdade, quer

se trate do catolicismo no Brasil, quer se trate das igrejas protestantes em alguns outros pontos da América.

Convém documentar e exemplificar estas asserções. Bourget nos dá conta do fenômeno na descrição transcrita abaixo, de uma cerimônia dos Metodistas Uivadores, a que assistiu em Jack-sonville, nos Estados Unidos, em 28 de março de 1894:

A igreja, a que fomos ter à noite, é uma pobre capela do meio dos matos. Fomos a carro... É uma espécie de casa de madeira sobre estacas. Pode conter cerca de cem pessoas. Quando entramos havia dez, depois vinte, depois trinta negros e negras. A mobília consiste em alguns bancos e uma cadeira pequena, tudo alumiado por uma lâmpada que está morrendo. Esta miserável luzinha basta para que, habituado à sua claridade intermitente, eu distinga algumas fisionomias: primeiro a do deão, com uma grande cara redonda, quase inchada. O branco dos olhos brilha sobre a pele luzidia e distendida... Ao lado, outro que parece um bérbere. Sua cor é desse preto, quase verde, peculiar a certas populações das montanhas de Marrocos. Eu o observo com mais atenção no momento em que, a um sinal do deão, os assistentes entoam um cântico. Após algumas coplas, o êxtase apodera-se dele. O lábio superior voltasse nos dois cantos e descobre os dentes brancos, num riso em que há muito de crueldade e de sensualidade. Os cânticos sucedem-se. Numa melopeia suave, monótona e apaixonada, essa gente repete um estribilho como: — “*Olha Moisés*”, ou — “*Eva está ali*”; ou ainda: — “*Não sabeis que é o momento?*”; ou — “*Eu tenho um deus justo, por trás dos raios do sol, por trás da lua*”. Domina então a voz das mulheres que chegam agora em maior número. São criaturas magras, com cabelos em tranças muito finas... Em um momento dado, quando os cantos parecem ter excitado suficientemente os fiéis, o deão lhes diz: — “*Agora podeis uivar até que caia o teto*”. As mulheres levantam-se. Acompanhadas pelos gritos e palmas dos homens, começam o mais bárbaro dos exercícios, uma dança de canibais, a que só faltam as vítimas. Andam arrastando os pés no solo, quase sem deixar o chão, por um movimento dos quadris de uma incrível flexibilidade abaixando e levantando a cabeça e voltando o corpo sobre a anca. Semelham atacadas de epilepsia, possuídas de vertigem. Marcham, marcham em círculo de mistura com os homens que acabam por imitá-las. É uma dança de ventre, cujo compasso é marcado pela interminável repetição do estribilho bíblico ou

evangélico... A pequena capela de madeira ressoa à passagem desta procissão de uivadores. Este cristianismo gesticulador em que o nome de Jesus, o de *Old Paul (Velho Paulo)* e o de *Holy Ghost* (Espírito Santo) se repetem sem cessar, resolve-se em crises nervosas. Um fiel cai, — *está happy* – feliz, como eles dizem, é necessário levá-lo. Tenho a impressão da vida religiosa no ponto preciso em que ela imerge na vida animal e também a evidência de que a raça negra, se os brancos não se devotam de corpo e alma, estabelecerá no Sul (dos Estados Unidos), livre da escravidão, uma verdadeira África, uma mancha de selvageria, que crescendo, devorando tudo, se tornará um perigo nacional.

Para todo aquele que tiver assistido a uma sessão de *candomblé* na Bahia, esta cerimônia metodista não é mais do que uma cópia fidelíssima, verdadeiro *clichê* fotográfico das danças do *Botucagé* e dos estados de *santo*.

Não é preciso, porém, ir aos Estados Unidos para testemunhar cenas como estas em que os Negros vestem roupagens fetichistas nas suas práticas pseudocristãs, prova evidente da transformação assinalada.

Entre os casos que poderíamos citar, tornamos, por sua importância, à pastoral de um Prelado Brasileiro ilustre a descrição eloquentíssima do *Cábula*, por ele estudada, que mais não é do que uma instituição religiosa africana sob vestes católicas.

Diz D. João Correia Nery:

“A Cábula”: Houve alguém que disse ser grande e mais prejudicial do que pensamos, a influência exercida pelos africanos sobre os brasileiros. Parece mesmo que muito se tem escrito nesse sentido.

Em certa região de nossa Diocese, tivemos, em nossa última excursão, oportunidade de observar a verdade desse acerto.

Encontramos três freguesias largamente minadas por uma seita misteriosa que nos parece de origem africana.

Nossa desconfiança mais se acentuou, quando nos asseveraram que, antes da libertação dos escravos, tais cerimônias só se praticavam entre os pretos e mui reservadamente.

Depois da áurea lei de 13 de Maio, porém, generalizou-se a seita, tendo chegado, entre as freguesias, a haver para mais de 8.000 pessoas iniciadas.

Bem que esteja agora privada dos elementos mais importantes, que infelizmente possuiu outrora, ainda encontramos crescido número de adeptos.

O tom misterioso e tímido com que nos falavam a seu respeito e a notícia da grande quantidade de iniciados ainda existentes, nos levaram, não só a procurar do púlpito incentivar essa tremenda anomalia, como também a tornar algumas notas que oferecemos à consideração e ao estudo dos curiosos.

Graças a Deus, nosso trabalho não foi inútil. Tivemos a “consolação” de ver centenas de cabulistas abandonarem os campos inimigos e voltarem novamente a N. S. Jesus Cristo, ao mesmo tempo que, de muito bom grado, nos forneciam informações sobre a natureza, fins, etc... da associação, a que pertenciam.

A nosso ver a *Cábula* é semelhante ao *Espiritismo* e à *Maçonaria*, reduzidos a proporções para a capacidade africana e outras do mesmo grau.

Como o *Espiritismo*, acredita na direção imediata de um bom espírito, chamado *Tatá*, que se encarna nos indivíduos e assim mais de perto os dirige em suas necessidades temporais e espirituais. Como a *Maçonaria*, obriga seus adeptos, que se chamam *camaná*s (iniciados), para distinguir dos *caialós* (profanos), a segredo absoluto, até sob pena de morte pelo envenenamento; tem suas iniciações, suas palavras sagradas, seus tatos, seus gestos, recursos particulares para se reconhecerem em público os irmãos.

Como em todas as inovações congêneres, há muito charlatanismo e exploração, sendo alguns centros por isso desprezados; também outros misturam o catolicismo e suas venerandas cerimônias com essa seita exóticas talvez, como é sempre plano, para atrair os incautos e os inocentes.

Em vez de sessão, a reunião dos cabulistas tem o nome de *mesa*. Há duas *mesas capitulares*: a de *Santa Bárbara* e a de *Santa Maria*, subdividindo-se em muitas outras, com as mesmas denominações. Disseram-nos que havia uma terceira *mesa de São Cosme e São Damião*, – mais misteriosa e mais central, que exercia uma espécie

de fiscalização suprema sobre as duas outras, cujos iniciados usavam nas reuniões compridas túnicas pretas, que cobriam o corpo todo, desde a cabeça até os pés – uma espécie de saco dos antigos penitentes. Nada, porém, podemos asseverar nesse sentido.

Graças às boas informações, ministradas ocultamente, podemos fazer uma ideia perfeita desta perigosa associação.

O chefe de cada *mesa* tem o nome de *enbanda* e é secundado nos trabalhos por outro que se chama *cambône*. A reunião dos *camaná*s forma a *engira*. Todos devem obedecer cegamente ao *enbanda* sob pena de castigos severos.

As reuniões são secretas, ora em uma determinada casa, mais comumente nas florestas, a alta noite.

À hora aprazada, todos, de camisa e calças brancas, descalços, se dirigem ao *camucite* (templo).

Uns a cavalo, outros a pé, caminham silenciosos fechando a retaguarda o *enbanda*. Um *camaná* ou um *cambône* vai na frente e conduz a *mesa* (toalha, vela e pequenas imagens).

Em um ponto dado, deixam o caminho e tomam uma vereda só conhecida dos iniciados. Então acendem as velas.

Chegados ao *camucite*, que é sempre de baixo de uma árvore frondosa, no meio da mata, limpam aí uma extensão circular de 50 m mais ou menos. Fazem uma fogueira e colocam a *mesa* do lado do oriente, rodeando as pequenas imagens de velas acesas, simetricamente dispostas.

Há certa cerimônia para se acenderem as velas: 1º se acende uma a leste, em honra do mar *carunga*, depois uma a oeste e outras duas ao norte e ao sul; finalmente muitas outras em tórno do *camucite*. Chamam as velas – *estereiros*.

Aparece então o *enbanda*, descalço, com um lenço amarrado na cabeça, ou com o *camolele* (espécie de gorro), tendo um cinto de rendas alvas e delicadas.

À presença do chefe, os *camaná*s o imitam, amarrando lenços na cabeça. Segue-se uma espécie de oração preparatória, feita de joelhos diante da mesa. Ergue-se o *enbanda*, levanta os olhos ao céu, concentra o espirito e tira o 1º *nimbu* (canto):

Daí-me licença, carunga,

Daí-me licença, tátá,

Daí-me licença, báculo,

Que o *enbanda* qué quendá.

Estas e outras cantigas são acompanhadas de palmas compassadas, enquanto o *enbanda* em contorsões, virando e revirando os olhos, faz trejeitos, bate no peito com as mãos fechadas e compassadamente, emitindo roncões profundos e soltando afinal um grito estridente e horroroso.

O bater das palmas chama-se *quatan* ou *liquáqua*.

Se há algum descompasso, ao *cambône* interroga o *enbanda*:

– Por conta de quem *camaná* F. não bate *caliquaqua*? O *cambône* responde: – Por conta de *ca-ussê*.

Esta partícula *ca* precede quase todas as palavras. Cremos ser uma gíria particular para dificultar a compreensão do que falam.

Ao *estridor* do *enbanda* cessa o canto inicial.

O *cambône* traz um copo de vinho e uma raiz.

O *enbanda* mastiga a referida raiz e bebe o vinho.

Sorve o fumo do incenso, queimado neste momento em um vaso qualquer e entoa o 2º *nimbu*:

Baculo no ar

Me queira na mesa,

Me tombo a girar,

O *enbanda*, ora dançando ao bater compassado das palmas, ora em êxtase, recebe do *cambône* o *candaru* (brasa em que foi queimado o incenso), trinca nos dentes e começa a despedir chispas pela boca, entoando então o *nimbu*:

Me chame três *candaru*,

Me chame três *tatá*,

Sou *enbanda* novo (ou velho),

Hoje venho curimá.

É a hora das iniciações de novos *camaná*s.

Se há alguém para entrar ou para iniciar-se, tendo ficado até este momento em um local longe do *camucite*, com o respectivo padrinho, agora deve aproximar-se.

O *catolo* se apresenta humildemente vestido: calças brancas e camisa da mesma cor sem goma e descalço.

Logo que penetra no círculo, passa três vezes por baixo da perna do *enbanda*. É a tríplice viagem, símbolo da fé, da humildade e da obediência a seu novo *Pai* como dali por diante chamará o *enbanda*. Os *camaná*s entretanto cantam um hino em ação de graças pela aquisição do novo irmão.

Estando depois o iniciado de pé, diante do *enbanda*, este recebe a *enba* e com ela fricciona os pulsos, a testa e o occiput do *caitalo*; dá-lhe a raiz para que mastigue e engula o suco, faz-lo beber um cálice de vinho e o conduz ao lugar que dali por diante tem na *engira*.

Distribuída a *enba* aos demais *camaná*s e tendo todos provado a raiz e bebido o vinho, segue-se a cerimônia da fé.

O *enbanda* entoia o seu *nimbu*, seguem-se as palmas, etc.

Toma então uma vela acesa, benze-se e começa a passá-la por entre as pernas, por baixo dos braços, pelas costas de cada indivíduo.

Se apagar a vela diante de qualquer *camaná*, grita logo o *enbanda*:

— Por conta de quem *camaná* F. não tem *café cá-tudo*?

O *combône* responde e começa então aquele pobre *camaná* a ser castigado com duas, três, quatro pancadas nas mãos, com o *quibandán* (palmatória), até que a vela não se apague mais.

Estes castigos são frequentes e o *enbanda* manda aplicá-los sempre que julga conveniente, para o aperfeiçoamento dos *camaná*s.

Verificada a fé de todos os irmãos, segue-se a tomada do *santé*, ponto principal de todas as reuniões.

Todos dobram um lenço branco em forma de fita e com ele cingem a testa, amarrando-a na nuca. Diminuem a luz da fogueira e queimam incenso ou resina, que perfuma o ambiente.

Entoam o hino apropriado e ao compasso das palmas o *enbanda* dança, esforçando-se com grandes gestos e trejeitos para que o espírito se apodere de todos. Quase sempre há em cada *mesa* mais de um *enbanda* e o esforço do *enbanda-chefe* é no sentido de dar o *santé* aos *enbandas* inferiores, para que sejam dali afastados.

De espaço a espaço todos atiram *enba* para o ar, a fim de que se afastem os maus espíritos e fiquem cegos os profanos, não devassando assim seus sagrados mistérios. De repente um deles, geralmente *enbanda*, verga o corpo, pende a cabeça e rola pelo chão em contorções. A fisionomia torna-se contraída, todo o corpo como que petrificado e sons estertorosos lhe escapam do peito. É o *santé* que dele se apoderou.

Às vezes um simples *camaná* merece ter o *santé*. Nesse período fala e discorre, sem ter aprendido, sobre as coisas cabulares, como o mais perfeito e sabido dos *enbandas*. Os que são sujeitos a ter *santé* constituem uma espécie de médiuns do espiritismo e quase sempre terminam *enbandas*.

De tudo o que nos disseram a respeito desta perigosa associação, pondo de parte os charlatanismos e miseráveis explorações, concluímos, como dissemos a princípio, que o fim imaginado pelos seus adeptos é a aquisição de um espírito que imediatamente os guie e proteja em suas necessidades.

Todos trabalham e se esforçam para ter o *santé*, sujeitando-se para isso a diversas abstinências e ridículas penitências.

Uma vez tomado o *santé*, trata de obter o seu espírito familiar protetor, mediante certa cerimônia. Entra no mato com uma vela apagada e volta com ela acesa, não tendo levado meio algum para acendê-la, e traz então o nome do seu protetor. Há diversos nomes desses espíritos protetores, como sejam: *tátá guerreiro*, *tátá flor de carunga*, *tátá rompe-serra*, *tátá rompe-ponte*, etc.

Como se vê, são eloquentes vestígios de uma religião atrasada e africana que, transportada para o Brasil, aqui se misturou com as cerimônias populares da nossa religião e outras associações e seitas existentes, resultando de tudo isso perigosa amálgama, que só serve para ofender a Deus e perverter a alma.